

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO DE  
PRETENDENTES À ADOÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA  
CATARINA**

**LIDIANE ALVES FRANÇA**

**ORIENTADORA: PROF. DRA. MARLI PALMA DE SOUZA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

LIDIANE ALVES FRANÇA

**O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO DE  
PRETENDENTES À ADOÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA  
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina para obtenção do título de Bacharel  
em Serviço Social. Orientadora Prof. Dr.<sup>a</sup>  
Marli Palma de Souza.

FLORIANÓPOLIS

2004

LIDIANE ALVES FRANÇA

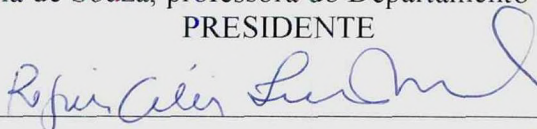
**O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES  
À ADOÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovada, atendendo as normas da legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

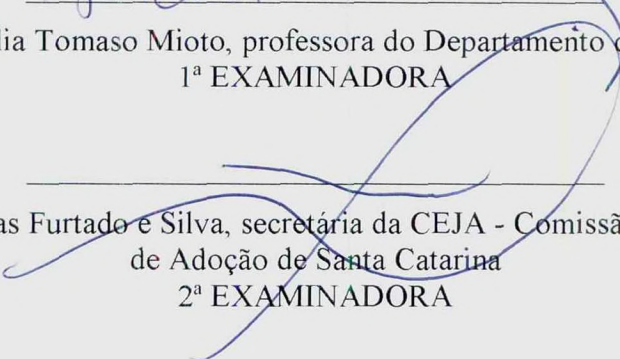
**BANCA EXAMINADORA**



Dr.<sup>a</sup> Marli Palma de Souza, professora do Departamento de Serviço Social  
**PRESIDENTE**



Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Tomaso Mioto, professora do Departamento de Serviço Social  
**1ª EXAMINADORA**



Mary Ann das Graças Furtado e Silva, secretária da CEJA - Comissão Estadual Judiciária  
de Adoção de Santa Catarina  
**2ª EXAMINADORA**

**FLORIANÓPOLIS**

2004

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, no desejo que o ensino público e gratuito e de qualidade possa sempre prevalecer nesse espaço de conhecimento.

Ao departamento de serviço social, em especial a Prof. Marli Palma de Souza, por ter me orientado nesse trabalho.

À Deus, pela presença em minha vida, mesmo que muitas vezes eu não tenha correspondido sua atenção.

Aos meus pais Alzemi e Nadir, pela dedicação, o amor e a força que me fizeram sempre acreditar e seguir em frente.

Aos meus irmãos, Lory pelo companherismo e a Lorivane pela cumplicidade em todos os momentos. A Andréa e o Junior, por fazerem parte de minha família e aos meus lindos e amados sobrinhos Guilherme, Eduardo e Victor, por me mostrarem o quão linda é a vida.

A minhas eternas amigas, Júlia, Daniela, Gisele, Juliana e Elisa que em tempo diferentes foram companheiras de festas, de casa e de loucuras da vida. A Danielle, Patrícia, Catarina e Tatiana, por nos últimos tempos estarem presentes com suas amizades.

Ao CALISS - Centro Acadêmico Livre de Serviço Social pelo espaço de lutas e conquistas.

A amizade construída com a Idiamar, supervisora do estágio curricular obrigatório, exemplo de competência e seriedade que sempre levarei comigo.

Ao Grupo de Estudos e Apoio à Adoção "Semeando Amor" da comarca da Campos Novos, pela troca de conhecimento.



A CEJA/SC - Comissão Estadual Judiciária de Adoção pela oportunidade de estagiar nesse espaço tão rico de conhecimento. À Inês, Mirtys e especialmente a Mary Ann, por ter sido minha co-orientadora nesse trabalho e pela dedicação e comprometimento dispensado.

As assistentes sociais forense que participaram da pesquisa, dispondo de seu tempo na resposta dos questionários, colaborando de forma grandiosa para realização deste trabalho.

A todos os meus colegas e amigos desse maravilhoso espaço de construção de saber e de amizades, pelos encontros e desencontros que ainda estão por vir.

*"Ando devagar porque já tive pressa  
e levo esse sorriso, porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe  
eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei, eu nada sei  
Conhecer as manhãs e as manhas,  
o sabor das massas e das maçãs,  
é preciso o amor pra poder pulsar,  
é preciso paz pra poder sorrir,  
é preciso a chuva para florir.  
Penso que cumprir a vida seja simplesmente  
compreender a marcha, e ir tocando em frente  
como um velho boiadeiro levando a boiada,  
eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou,  
de estrada eu sou.  
Todo mundo ama um dia todo mundo chora,  
Um dia a gente chega, no outro vai embora  
Cada um de nós compõe a sua história,  
e cada ser em si, carrega o dom de ser capaz,  
e ser feliz!!!*

Almir Sater

"Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria, necessidades novas, superiores, são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar".

*Gramsci*

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar a forma de realização do estudo social nos processos de habilitação de pretendentes à adoção no Poder Judiciário de Santa Catarina, aja vista a importância deste nos procedimentos relacionados a colocação de crianças e adolescentes em família substituta, importância essa confirmada quando da realização do estágio curricular obrigatório na comarca de Campos Novos e o estágio curricular não obrigatório na CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Inicialmente, realizamos uma breve retrospectiva histórica da adoção na legislação brasileira como forma de assegurar a convivência familiar e comunitária, os requisitos necessários para habilitação de pretendentes à adoção, e como atua a CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção em Santa Catarina, suas atribuições e competências. Abordamos o estudo social como instrumento de intervenção profissional, e a construção do estudo e do parecer social enquanto instrumento de intervenção do assistente social no judiciário; as diferenças na elaboração do estudo social nos caso de habilitação de pretendentes à adoção e para adoção propriamente e; os aspectos a serem observados na avaliação dos pretendentes à adoção. Realizamos pesquisa exploratória - descritiva que teve por objetivo caracterizar como se dá a realização do estudo e do parecer social para habilitação dos pretendentes à adoção em Santa Catarina, apresentando o perfil do assistente social do poder judiciário catarinense; as condições objetivas que conta para realização do estudo social; e a capacitação do assistente social para realizá-lo. Desta forma, este trabalho objetiva, caracterizar o estudo social como instrumento de intervenção do assistente social nos processos de habilitação dos pretendentes à adoção, propondo ao final, sugestões que possam auxiliá-lo em sua atuação nos processos de habilitação.

**PALAVRAS CHAVES:** Estudo social, pretendentes a adoção, Poder Judiciário Catarinense.



# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1. A ADOÇÃO NO CONTEXTO SÓCIO-JURIDICO.....</b>   | <b>13</b> |
| 1.1 UM BREVE OLHAR AS LEIS QUE SUSTENTARAM E SUSTENTAM À ADOÇÃO.....   | 13        |
| 1.2 A ADOÇÃO COMO UMA DAS FORMAS DE GARANTIR O DIREITO À CONVIVÊNCIA<br>FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....  | 17        |
| 1.3 REQUISITOS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À<br>ADOÇÃO.....   | 20        |
| 1.4 A CEJA – COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO EM SANTA<br>CATARINA.....  | 23        |
| <b>2. ESTUDO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO<br/>PROFISSIONAL.....</b>  | <b>29</b> |
| 2.1 A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO E DO PARECER SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE<br>INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DO JUDICIÁRIO. ....                         | 29        |
| 2.1.1 PARECER SOCIAL.....  | 33        |
| 2.2 OS DIFERENCIAIS NA ELABORAÇÃO DO ESTUDO E DO PARECER SOCIAL NOS CASOS<br>DE HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO E PARA ADOÇÃO PROPRIAMENTE... | 34        |
| 2.3 ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS NA AVALIAÇÃO DOS PRETENDENTES À<br>ADOÇÃO.....   | 37        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3. A REALIZAÇÃO DO ESTUDO E DO PARECER SOCIAL PARA HABILITAÇÃO DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO EM SANTA CATARINA.....</b>      | <b>42</b> |
| 3.1 DOS OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO DA PESQUISA.....   | 43        |
| 3.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....  | 44        |
| 3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PESQUISADOS.....   | 46        |
| 3.3.1 PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. ....                                     | 46        |
| 3.3.2 CONDIÇÕES OBJETIVAS COM QUE O ASSISTENTE SOCIAL CONTA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO SOCIAL NO JUDICIÁRIO CATARINENSE..... | 48        |
| 3.3.3 CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO E DO PARECER SOCIAL NO PODER JUDICIÁRIO CATARINENSE. ....                           | 51        |
| 3.3.4 TEMAS DE ABORDAGEM NA ELABORAÇÃO DO ESTUDO SOCIAL PARA FINS DE HABILITAÇÃO. ....                                      | 56        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>61</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>64</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>   | <b>66</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>67</b> |



## INTRODUÇÃO

A opção por abordar o serviço social no campo sócio-jurídico, iniciou quando da realização do estágio curricular obrigatório, realizado no Fórum da Comarca de Campos Novos, no primeiro semestre de 2004. Na oportunidade estivemos em contato direto com todos os processos que passaram pelo setor de serviço social, envolvendo diversificadas expressões da questão social. No entanto, sempre nos interessamos pelos processos relacionados à adoção. Participamos também das atividades e reuniões realizadas pelo GEAA - Grupo de Estudos e Apoio à Adoção “Semeando Amor” da referida comarca, onde nos identificamos ainda mais com a temática, devido ao conhecimento adquirido com os relatos e experiências dos membros do grupo. A princípio, elegemos como objeto de análise, os grupos de estudos e apoio à adoção, o que foi sustentado durante algum tempo.

Todavia ao realizarmos estágio curricular não obrigatório na CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção, nos deparamos com a realidade estadual de todo o processo que envolve a realização do estudo social, desde as condições de trabalho em que é construído, a demanda e a capacitação do assistente social para realizá-lo. Buscamos realizar um trabalho de conclusão de curso que tivesse não somente sua utilidade acadêmica, mas que também fosse útil para a instituição. Percebemos que trabalhos acadêmicos recentes haviam abordado o tema dos GEAA's. Havia portanto duas opções: retomar a discussão dos GEAA's ou abordar o estudo social na habilitação dos pretendentes à adoção.

Num primeiro momento a intenção era fazer um comparativo com os estudos sociais realizados pelas instituições internacionais cadastradas na CEJA, o que se tornou impossível pelo curto espaço de tempo.

Cabe aqui ressaltar que a reflexão para escolha do objeto tornou o tempo para realização desse trabalho muito exíguo e talvez alguns percalços tenham ocorrido durante o percurso, mas todo esse trajeto também resultou em um grande aprendizado e certamente podemos afirmar que todos esses acontecimentos foram extremamente enriquecedores para minha formação profissional, pois o que interiorizamos durante esse espaço de tempo tornou-se norteador de planejamentos futuros em relação a vida profissional e ao campo sócio-judiridico.

O amadurecimento das reflexões e discussões com o supervisor de campo e o orientador, levou-nos finalmente a optar por evidenciar as questões objetivas e subjetivas que envolvem o assistente social forense na construção do estudo e do parecer social no processo de habilitação dos pretendentes à adoção, destacando a capacitação do técnico, as condições objetivas, a demanda e a credibilidade profissional.

Para o referido estudo, utilizou-se de pesquisa exploratória descritiva, mediante elaboração de questionário enviado às assistentes sociais, abrangendo as comarcas classificadas como de entrância inicial, entrância intermediária e entrância final. Nessa fase, um fator complicador foi a greve do Poder Judiciário que coincidiu com a data prevista para repasse dos questionários ocasionando demora no envio as respostas. Cessada a greve obtivemos resposta a 15 dos 20 questionários enviados.

Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo realizamos uma breve retrospectiva histórica da adoção na legislação brasileira como forma de assegurar a convivência familiar e comunitária, os requisitos necessários para habilitação de pretendentes à adoção, e como atua a CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção em Santa



Catarina, suas atribuições e competências. Um dos objetivos desse capítulo foi divulgar os procedimentos necessários à habilitação para a adoção.

No segundo capítulo, abordamos o estudo social como instrumento de intervenção profissional e a construção do estudo e do parecer social enquanto instrumento de intervenção do assistente social no judiciário; as diferenças na elaboração do estudo social nos casos de habilitação de pretendentes à adoção e para adoção propriamente e; os aspectos a serem observados na avaliação dos pretendentes à adoção.

No terceiro capítulo descrevemos o percurso metodológico da pesquisa realizada, a qual teve por objetivo caracterizar como se dá a realização do estudo e do parecer social para habilitação dos pretendentes à adoção em Santa Catarina, apresentando o perfil do assistente social do poder judiciário; as condições objetivas com que o assistente social conta para realização do estudo social no Judiciário Catarinense; e a capacitação do assistente social para realizá-lo.

Por fim as considerações finais pretendem sintetizar o aprendizado obtido, lembrando que este é apenas um pequeno estudo que poderá servir de estímulo para outros que certamente se seguirão.

## 1. A ADOÇÃO NO CONTEXTO SÓCIO-JURIDICO

Falar sobre adoção no Brasil é reportar-se à história de várias gerações que conviveram e convivem com essa prática de acolhimento que foi apresentada pela sociedade de diversas formas e amplitude.

Uma breve recuperação histórica das legislações que trataram da adoção, evidencia que em diversos momentos esse instituto foi alvo de normatizações.

### 1.1 Um breve olhar nas Leis que sustentaram e sustentam a adoção.

Apontaremos as leis brasileiras que abordaram à adoção de acordo com Granato (2003).

No *Código Civil* de 1916, a adoção tinha claramente estabelecidas suas diferenças entre a filiação biológica e adotiva. O filho adotivo não rompia os vínculos com a mãe biológica e não tinha direitos a herança. Somente casais com mais de 50 anos e inférteis eram aptos a adotar.

Com o *Código de Menores* de 1927 a institucionalização da criança era vista como uma forma de proteção e em relação à adoção, o Código não trouxe qualquer contribuição.

A Lei N. 3.133, de 3 de maio de 1957, atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil, reduzindo a idade dos adotantes para maiores de 30 anos e ninguém poderia adotar, sendo casado, senão decorridos 5 anos após o casamento. Essa lei permitia a adoção para



aqueles que já tivessem filhos biológicos, não tendo sucessões de herança para o adotado caso o adotando viesse a ter filhos biológicos.

Ainda Segundo Granato (2003), novidade importante no instituto da adoção ocorreu com a criação da legitimação adotiva pela Lei 4.655, de 02.06.1965. A legitimação adotiva só seria deferida quando o menor de até sete anos de idade fosse abandonado, ou órfão não reclamado por qualquer parente por mais de um ano, cujos pais estivessem destituídos do poder familiar, ou caso de mãe solteira que não possuísse meios de prover a sua criação. Essa Lei apresenta o rompimento da relação de parentesco com a família substituta que não era previsto nas leis anteriores. Estabelecia também a irrevogabilidade da legitimação adotiva, mesmo se os adotantes viessem a ter filhos biológicos. Os requisitos estabelecidos para os pretendentes, permaneceram a idade de 30 anos e o período de cinco anos de casamento, salvo, se provasse a esterilidade de um dos cônjuges comprovada através de perícia médica.

A Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979 instituiu o Código de Menores, que introduziu a adoção plena, substituindo a legitimação adotiva da Lei 4.655/65 que foi expressamente revogada. Em relação aos requisitos para que o adotante pudesse se candidatar à adoção foi mantido os mesmos da Lei anterior. A adoção plena era irrevogável, e a sucessão ficou garantida ao adotivo, desaparecendo a discriminação antes existente. O estrangeiro não domiciliado no país, não poderia obter a adoção plena, embora pudesse conseguir a adoção simples<sup>1</sup>, depois de deferida a colocação familiar. Esta foi a primeira vez que se abordou a adoção por estrangeiro, na legislação.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 igualou os direitos de todos os filhos, ao tratar da Ordem Social, estabelecendo no inciso 6º do art. 227: “*Os filhos,*

---

<sup>1</sup> Na adoção simples, em desuso, não havia rompimento de qualquer laço com os parentes biológicos.



*havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.*

Mas foi somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que a criança e o adolescente tornaram-se sujeitos de direitos e seu bem estar tido como prioridade nos processos de adoção. Com a doutrina de proteção integral trazido pelo ECA, a adoção permanece irrevogável, passando o filho por adoção a ter os mesmos direitos que o filho biológico, inclusive sucessórios.

Liberati entende que:

"Com a vigência da Lei 8.069/90, a adoção passa a ser considerada de maneira diferente. É erigida à categoria de instituição, tendo como natureza jurídica a constituição de um vínculo irrevogável de paternidade e filiação, através de sentença judicial (art. 47). É através da decisão judicial que o vínculo parental com a família de origem desaparece, surgindo nova filiação (ou novo vínculo), agora de caráter adotivo, acompanhada de todos os direitos pertinentes à filiação de sangue".(LIBERATI, 1995, p. 184).

E reafirma Veronese:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com os ditames da Lei Maior de que a criança e adolescente são *sujeitos de direitos* e, portanto, merecedores de proteção especial, se ocupam com o tema da adoção nos art. 39 a 52.

O instituto da adoção, com o estatuto, foi objeto de reais transformação. A adoção passa a atribuir a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes naturais, salvo os impedimentos matrimoniais - art. 41. Assim o adotado não mais herdará dos pais biológicos e nem poderá receber pensão alimentícia e mesmo que ocorra a morte dos adotantes não será restabelecido o pátrio poder<sup>2</sup> dos pais naturais - art. 49. (VERONESE, 1998, p. 51)

---

<sup>2</sup> O termo "pátrio poder" já não é mais utilizado, após entrado em vigor o Novo Código Civil passa a ser considerado o termo "poder familiar".

O ECA dispõe em seu art. 42 e §§<sup>3</sup> as normatizações relacionadas ao adotantes.

Segundo Becker (2003), "se partimos do princípio de a que adoção visa sempre a construir, para uma criança ou adolescente, uma família com todas as características psicossociais da família natural, podemos considerar o art.42 e seus §§ como destinados a tornar o processo de adoção o mais "natural" possível.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo não sendo a Lei mais recente, é a Lei que contempla de forma geral as questões pertinentes a criança e ao adolescente. O ECA veio para legalizar temas que até então não eram reconhecidos nas leis anteriores.

O Novo Código Civil de 2002 ratifica o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma ambos devem ser considerados como leis que regulamentam a adoção.

Segundo Dal Pizzol:

As questões referentes à adoção de crianças e adolescentes vinham sendo tratadas tão somente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, até o advento do Novo Código Civil. Na nova legislação, o assunto está previsto no art. 1.618 e seguintes. Observa-se que apesar da semelhança entre o conteúdo do ECA e do NCC no trato da matéria, algumas questões contidas no Estatuto não foram mencionadas na nova lei, tais como, por exemplo, a proibição da adoção por procuração, o estágio de convivência, a irrevogabilidade do ato, entre outros. Por outro norte, o NCC trouxe como novidade, entre outras, a probabilidade de adoção a partir dos dezoito anos, a adoção de maiores através de sentença judicial constitutiva.

Como a lei que criou o Novo Código Civil não revogou a Lei Estatutária, acredita-se que os operadores da justiça, ao tratar da adoção, hão de conviver com os dois fundamentos legais, aplicando seus dispositivos no que for pertinente. (DAL PIZZOL, 2003)

---

<sup>3</sup> **art. 42** - Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independente do estado civil.

§ 1º. Não pode adotar os ascendentes e irmãos do adotando.

§ 2º. A adoção por ambos os cônjuges ou concubinos poderá ser formalizada, desde que um deles tenha completado 21 (vinte e um) anos de idade, comprovada a estabilidade da família.

§ 3º. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho do que o adotado.

§ 4º. Os divorciados e os judicialmente separados poderão adotar conjuntamente, contato que concordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal.

§ 5º. A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.



No que diz respeito à adoção internacional, ela é tratada como caso excepcional, tanto pelo Novo Código Civil como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999, promulgou no Brasil, a *Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional*, concluída em Haia em 29 de maio de 1993. Os objetivos principais da Convenção de Haia prevêm medidas para garantir que as adoções internacionais sejam feitas no interesse superior da criança e com respeito a seus direitos fundamentais, assim como para prevenir o seqüestro, a venda ou o tráfico de crianças; e desejando estabelecer para esse fim, disposições comuns que levem em consideração os princípios reconhecidos por instrumentos internacionais.

Vale aqui lembrar que a legislação brasileira atual, preconiza que toda criança tem o direito de crescer e desenvolver-se no seio de uma família, pois esta ainda é a estrutura mais adequada para a criança e o adolescente. Partindo deste pressuposto, considerando a adoção como uma das formas de garantir que toda criança e adolescente tenha uma família, seguimos nossa reflexão.

## **1.2 A adoção como uma das formas de garantir direitos à convivência familiar e comunitária.**

Analisemos o que afirma Miotto:

[...] muitos profissionais, embora compartilhado da idéia que a família não é um grupo natural, naturaliza as suas relações e com isso trabalha com estereótipos de ser pai, ser mãe, ser filho. Esquecem-se que dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo. (MIOTO, 1997)

Observamos que as relações familiares encontram-se em constantes transformações e, os profissionais que trabalham com famílias devem estar constantemente capacitados para essas mudanças.

Entretanto, entendemos que o ambiente familiar, mesmo passando por várias crises de modo, ainda se apresenta como o melhor lugar para um ser em desenvolvimento.

Enfatiza Carvalho (2002), “a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais”.

Enriquecendo essa discussão Vitale (2002) ressalta que “a família não é o único canal pelo qual se pode tratar da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora”.

A importância da família foi enfatizada pela Constituição Federal de 1988, tanto que Genofre refere-se aos direitos as crianças e adolescentes, entre os quais se destaca a convivência familiar comunitária.

Na constituição da família; o segmento mais vulnerável é o da criança e do adolescente, pois, é neste ambiente que eles vivenciam o contato com a vida social. A Constituição Federal, no seu art. 227, determina que sejam a eles assegurados os direitos inerentes à cidadania, tais como o direito a vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e social, em condições de liberdade e dignidade (GENOFRE, 2002, p. 102).

O art. 19 do ECA dispõe que, “ *Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada*



*a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes."*

Ao falar sobre o direito da criança a ter uma vida social e comunitária concordamos com o que coloca Vicente (2002), quando diz que “a criança inicia sua história dentro da história de sua família, de sua comunidade e de sua nação. Mais amplamente, ela participará de um período da história dos homens. Será marcada e afetada pelas diversas dimensões de seu tempo. Será aí também que dará a sua contribuição enquanto ser cidadão”.

Lembramos sempre que a manutenção da criança e do adolescente em sua família biológica e na comunidade em que vive é vista como primordial em todas as esferas que trabalham com essa temática. Somente na impossibilidade da família cumprir o seu papel, é que será efetivada a colocação em família substituta.

De muita importância também é o que coloca o Art. 23 de ECA:

Art. 23 - A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivos suficientes para a perda ou a destituição do pátrio poder

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá ser obrigatoriamente incluída em programas oficiais de auxílio.

O acima citado, afirma que de forma alguma será deferida colocação em família substituta sendo tomado como causa a carência econômica da família biológica, sendo que todas as esferas da sociedade e principalmente o Poder Executivo, tem o dever de oferecer subsídios para a manutenção da criança ou adolescente junto aos seus pais.

Todavia, esgotadas as possibilidades de manutenção do vínculo, segundo que coloca o ECA, a adoção é uma das modalidades mais completas de assegurar a convivência



familiar e comunitária àquela criança que foi impossibilitada de permanecer em sua família biológica.

O processo de adoção tramita sob caráter de segredo judicial, preservando a criança, os pais biológicos e adotivos. Todos os dados do referido processo são tidos como sigilo, demonstrando o comprometimento do judiciário com todas as partes envolvidas.

A partir deste pressuposto,, buscaremos elucidar o processo de habilitação para os pretendentes à adoção.

### 1.3 Requisitos para o processo de habilitação de pretendentes à adoção

Segundo o Art. 50 do *Estatuto da Criança e do Adolescente* “A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes a serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção”.

Em Santa Catarina, o cadastro de pretendentes brasileiros à adoção é subdividido em duas modalidades; residentes no estado e residentes em outro estado brasileiro, sendo que os primeiros terão preferência na ordem de chamada, seguindo o Prov. 36/99 (ANEXO 1).

Todo processo de adoção tem início a partir da inscrição dos interessados no Cadastro de Pretendentes à Adoção do fórum da comarca de residência com os seguintes documentos:

- *Requerimento dirigido ao Juiz da Infância e Juventude;*
- *Estudo social elaborado por técnico do Juizado da Infância e da Juventude do local de residência dos pretendentes;*
- *Atestado de antecedentes criminais;*

- *Atestado de sanidade física e mental;*
- *Comprovante de residência;*
- *Comprovante de rendimentos;*
- *Certidão de casamento, ou nascimento, se solteiros;*
- *Fotos dos requerentes. (opcional);*
- *Demais documentos que a autoridade judiciária entender pertinente.*

De acordo com o Art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Provimento n. 10/95 (ANEXO 2), os casos de adoção internacional serão processados em Santa Catarina a partir da habilitação dos interessados junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- *Documento expedido pela autoridade competente do respectivo domicílio, comprovando estar habilitado a adotar consoante as leis de seu país;*
- *Estudo biopsicossocial elaborado no local de residência dos pretendentes;*
- *Atestado de antecedentes criminais;*
- *Atestado de sanidade física e mental;*
- *Certidão de casamento;*
- *Passaporte;*
- *Declaração de rendimentos;*
- *Atestado de residência;*

- *Texto pertinente a legislação sobre adoção internacional do país de residência ou domicílio dos requerentes com a respectiva prova de vigência.*

- *Declaração de conhecimento dos termos da adoção*

- *Requerimento ao presidente da CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção*

*Obs.: Todos os documentos em língua estrangeira deverão vir devidamente autenticados pela autoridade consular, bem como estar acompanhados das respectivas traduções, por tradutor público juramentado. Quando em fotocópias, estas deverão estar autenticadas.*

O conjunto de documentos requeridos ao pretendente que deseja habilitação no cadastro para adoção adquire importância, visto que em cada documento contém elementos para a comprovação de idoneidade e seriedade com que o pretendente está tratando sua opção pela adoção, e mais que isso, visa garantir a segurança da criança que possivelmente passará a compor essa família. Nesse conjunto de documentos o estudo social realizado pelo assistente social forense aparece como o que melhor qualifica o pretendente o que será melhor detalhado no capítulo II desse trabalho.

Sendo assim para contemplar todas essas questões ligadas à adoção e atuar como apoio e compilador de dados nas questões nacionais e principalmente como órgão responsável por todas as adoções internacionais, apresentaremos em seguida a atuação da CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção.



#### 1.4 A CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção em Santa Catarina.

A criação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção nos estados brasileiros é dispositivo do art. 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual refere explicitamente sobre a habilitação e cadastro de pretendentes estrangeiros. Segundo o referido artigo - *A adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente. Parágrafo único – Competirá a comissão manter registro de interessados estrangeiros em adoção.*

De acordo com Silva (2003), em Santa Catarina a CEJA foi instituída pela Resolução nº 001/93, publicada em 18/6/93 (ANEXO 3). As atribuições e o funcionamento foram disciplinados no Provimento 12/93 da Corregedoria Geral da Justiça, publicado em 27/8/93 (ANEXO 4).

A partir da instalação de sua secretaria, em dezembro de 1993, foi redigido seu Regimento Interno, publicado em março de 1994 (ANEXO 5).

Em setembro de 1999, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção passam a ser designadas como Autoridades Centrais Estaduais<sup>4</sup>, encarregadas de dar cumprimento às obrigações impostas pela Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional

A CEJA é composta por seis membros: O Corregedor Geral da Justiça, que a preside; um Juiz da Infância e Juventude da Comarca da Capital; um representante do Ministério

---

<sup>4</sup> Para conhecer mais sobre a atual normatização da referida Comissão consultar o Manual “Adoção em Santa Catarina”, 2002.

Público; um representante da classe dos Advogados; um representante da classe dos Assistentes Sociais e um representante da classe dos Psicólogos (art. 6º do RICEJA/SC).

Segundo Silva (2003), a CEJA de Sta Catarina tem como projetos específicos:

#### ✓ *Habilitação e Cadastro de Pretendentes Estrangeiros*

A habilitação de candidatos estrangeiros à adoção foi o trabalho que deu origem a sua implantação. Todo procedimento relativo à adoção internacional tem início na CEJA, com a habilitação dos interessados, conforme dispõe o manual "Adoção em Santa Catarina, 2002". Referido trabalho, entretanto, não teria sentido se limitado a essa ação de habilitação. Ocorre que, uma vez habilitado, o pretendente passa a integrar o cadastro de candidatos a adoção internacional, com expectativas de obter a adoção pretendida e nesse sentido há que ter uma resposta fundamentada.

Essa resposta deve deixar claro que a adoção não está sendo efetivada apenas em razão da preferência que é dada a candidatos brasileiros, mas também pelo elevado número de inscritos nessa categoria. Com isso, os estrangeiros passam a considerar a possibilidade de adotar crianças com mais idade, morenas, mulatas e negras, grupos de irmãos, entre outros.

Advém desse fato a redução das adoções internacionais, o que atende ao preconizado no artigo 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, conseqüentemente, cumpre os objetivos da comissão.



## ✓ *Cadastro de Pretendentes Nacionais*

Esse projeto é o que mais interessa para o presente trabalho, uma vez que inclui a habilitação dos pretendentes à adoção.

Os pedidos de inscrição para fins de adoção formulados por interessados brasileiros são efetuados diretamente nas comarcas. Deferidas as inscrições, os pretendentes são incluídos no cadastro local e seus dados são remetidos a CEJA, em formulário próprio (ANEXO 6), para inclusão no banco de dados centralizado, conforme disposto no Prov. 12/93 - § 6.1.

Quando existe uma criança a ser adotada, os juízes consultam inicialmente o cadastro local; não havendo interessado, solicitam a CEJA que indiquem inscritos do banco estadual. (Prov. 12/93 - §11)

Como os critérios de chamada para adoção priorizam os inscritos no cadastro local, é comum os interessados inscreverem-se em mais de uma comarca, aumentando, assim, as chances de reduzir o tempo de espera para a adoção.

Com o propósito de agilizar os processos, ocupa-se a CEJA em manter esses inscritos regularmente informados a respeito do seu andamento, ao mesmo tempo que se informa sobre a permanência ou não do interesse em adotar, já que algumas pessoas adotam em outras localidades e não notificam as demais comarcas onde estão inscritas, para serem retiradas da lista de espera.

O recurso da informática tem auxiliado a manter este banco de dados, agilizando os trabalhos de identificação de interessados em adoção. Com a informatização das comarcas estes dados poderão, em breve, ser acessados via rede por juízes e técnicos. Nessa perspectiva, os interessados brasileiros poderão, com uma única inscrição, concorrer a adoção em todo o Estado.

## ✓ Cadastro de crianças em condições de adoção

Da mesma forma que o cadastro de pretendentes brasileiros, as informações acerca das crianças e adolescentes e as condições jurídicas da adoção, são remetidas pelos juizes, em formulário próprio, (ANEXO 7). Esse cadastro geralmente é constituído por crianças em idade acima de 8 anos, sexo masculino, morenas/mulatas ou negras, pertencentes a grupos de três ou quatro irmãos.

Ocorre que, em razão da idade dessas crianças; das suas características físicas; da cor da pele e de problemas de saúde, entre outros, a adoção torna-se difícil, não só para pretendentes brasileiros como também para estrangeiros. Institucionalizadas há tempo, essas crianças manifestam desejo de terem uma família que as acolha. As instituições de abrigo não estão devidamente equipadas para trabalhar suas ansiedades e expectativas destas crianças.

Silva (2003) coloca que:

É notável as dificuldades em se manter atento a todos os movimentos que permeiam esses acontecimentos, e isso se percebe também no caso de irmãos, que comumente são separados, ocorrendo que os de tenra idade partem para adoção e os maiores continuam institucionalizados. Os prejuízos emocionais são irreversíveis, tanto para os que foram adotados, que sofrem com a separação, quanto para os que permaneceram no abrigo, situação que reforça neles o sentimento de rejeição. (SILVA, 2003).

Sabemos que para ocorrer mudanças, é necessário um novo olhar e principalmente mudança de postura em todos os sentidos: na perspectiva do judiciário; do executivo; e da sociedade como um todo.

Uma dessas mudanças é a criação dos grupos de estudos e apoio à adoção, conforme referido a seguir.



## ✓ Grupos de Estudo e Apoio à Adoção

A instalação de grupos de estudos e apoio à adoção, resultante de experiências bem sucedidas em algumas comarcas, aponta para nova perspectiva de atuação do judiciário no campo das adoções, que é incentivar e estimular a participação comunitária. Tão necessária quanto urgente, essa participação se dá na medida em que o tema é levado a discussão nas comunidades.

Nos grupos os pretendentes têm a possibilidade de entrar em contato com pessoas que já viveram ou vivem as mesmas experiências e desta forma terão a possibilidade de compartilhar suas dúvidas, seu entusiasmo, e também seus conhecimentos adquiridos com a decisão de adotar.

Sobre este aspecto coloca Silva:

Alguns grupos fazem o estudo de materiais bibliográficos agregando conhecimento e estimulando os pretendentes a ter um pensamento concreto sobre a adoção. A motivação e o preparo dos adotantes determinam o sucesso de uma adoção; no momento que antecede o processo, o apoio de pessoas que vivenciaram a experiência ou que pretendem fazê-lo é enriquecedor, acalentador e, sobretudo transformador. O preparo se reflete: na medida da aceitação desse apoio pelos candidatos a adoção; no entendimento de que a adoção é um ato de extremo amor e dedicação a uma criança; um tema que deve ser discutido, amadurecido, revelado; uma decisão que não pode ser revogada nem cobrada da criança mais tarde; não é filantropia, não é instrumento de superação de problemas de infertilidade, de substituição de filho biológico, de pagamento de promessa; adoção é filiação legítima, plena e definitiva. (SILVA, 2003)

Acredita-se, entretanto, que essa mudança cultural só será possível com ampla discussão desses temas nos grupos de estudo e apoio à adoção, que vêm alcançando seus



objetivos e divulgando seus trabalhos, representando assim uma das formas de preparo para o pretendente e um apoio para o Poder Judiciário.

### ✓ Crianças e adolescentes abrigados

A atuação da CEJA nas instituições de abrigo teve início em 1996, em razão da necessidade de contatar casos específicos de crianças e adolescentes encaminhados pelos Juízes da Infância e da Juventude com o propósito de localizar famílias interessadas em adotá-las.

Esses contatos com as instituições permitiram identificar situações de crianças com permanência prolongada nos abrigos, muitas das quais sem o conhecimento do judiciário, ou seja, encaminhadas pelas famílias e/ou conselhos tutelares.

O cadastramento das crianças abrigadas se dá através de cadastro próprio da CEJA (ANEXO 9) remetido pelas instituições de abrigamento. Esse trabalho permite identificar o número, o perfil das crianças e adolescentes, o motivo pelo qual foram abrigadas e o tempo de duração da medida.

Em Santa Catarina através do trabalho integrado que a CEJA promove com os abrigos, juízes, promotores, assistentes sociais, instituições internacionais que trabalham com adoção e grupos de estudos e apoio à adoção, é possível um trabalho eficiente a todo este contingente de crianças e adolescentes necessitados de ações que dinamizem o encaminhamento de situações tão complexas quanto o abandono familiar em que vivem.

## 2. ESTUDO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL.

O objetivo deste trabalho é caracterizar o processo de elaboração do estudo social realizado quando da habilitação de pretendentes à adoção no estado de Santa Catarina. Todavia é impossível fazê-lo sem antes considerar o estudo social como instrumento de intervenção do assistente social e suas características preliminares frente ao Serviço Social do Judiciário.

### 2.1 A construção do estudo e do parecer social como instrumento de intervenção do Assistente Social do Judiciário.

Ao colocar o estudo social como instrumento de intervenção, citamos Miotto:

[...] todo processo de perícia<sup>1</sup> também é um processo de intervenção. Realizar esta afirmação pode parecer contraditório uma vez que o objeto da perícia não é intervir e sim conhecer para opinar. Porém, as considerações efetuadas sobre o item anterior são suficientes para reafirmar o que há muito a ciência, ou uma parte dos cientistas, vem afirmando: toda vez que um agente entra em interação com uma situação ou com elementos que nela se encontram, ele já está interferindo na situação.

---

<sup>1</sup> Segundo Santos (apud. Miotto, 2001), “o requerimento da perícia social pelos juizes acontece prioritariamente no campo dos problemas e conflitos familiares, onde os processos mais frequentes dizem respeito a: pensão alimentícia; guarda e responsabilidade de crianças e adolescentes; modificações de guarda; regulamentação de visitas, geralmente de pais que não detém a guarda dos filhos; separação de corpos, especialmente nos conflitos conjugais; destituição do pátrio poder e interdição”.

Segundo Dal Pizzol (2003, p. 66), “quando se trata de questões em que o juiz necessita de um parecer profissional, em que não está em evidência o contraditório, em que não há conflitos e sim somente interesse da parte autora, não faz sentido realizar perícia”.

Consciente de que o processo que envolve a habilitação de pretendentes à adoção, não envolve litígio, ou situações consideradas conflituosas, não consideramos a necessidade de abordar o tema. Todavia, citamos a expressão, considerando que como na perícia, o caráter interventivo do assistente social se dá também no estudo social, visto que para realizar uma perícia o profissional deverá também realizar o estudo social.



Neste contexto, isso quer dizer que à medida que o assistente social entra em contato com uma situação social a ser descoberta, ou com os sujeitos nela envolvidos, ele intervém e mais que isso, produz modificações (MIOTO, 2001).

É sobre este enfoque que iremos tratar o estudo social, como instrumento de intervenção do assistente social diante do espaço profissional em que atua.

Segundo Iamamoto :

A noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho[...], as bases teórico metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuir para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. [...] O conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são partes do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2001, p.62-63).

A referida autora apresenta os instrumentais do serviço social não apenas como técnicas deslocadas de fundamentação ou de conhecimento, mas se refere às competências teóricas agregadas ao instrumental, para que venham a produzir mudança na realidade.

Apesar do judiciário ser um dos primeiros espaços de trabalho do assistente social, apenas recentemente este profissional deixa de atuar como aplicador de ações disciplinadoras e de controle social, ampliando seu campo de atuação (Fávero, 2004). Isso se dá após a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e consideravelmente com a importância dada as pesquisas e estudos realizados por alguns assistentes sociais do judiciário e de instituições sócio-judiciais que vêm aprimorando seu conhecimento crítico e utilizando-se desse conhecimento para aperfeiçoar seu trabalho e fazer-se entender como profissional transformador da realidade, visando a ampliação e garantia de direitos de seus usuários.

Desta forma, iremos tratar o estudo social, como um instrumento de intervenção do assistente social do judiciário, estando embasado na formação profissional, em sua



competência técnica e teórico-metodológica, em seu compromisso ético, em sua autonomia (MIOTO, 2001) e especialmente na sua capacidade de observar, identificar e analisar a realidade. A qualificação do Assistente social diante das demandas atendidas é fundamental, demonstrando domínio do conhecimento e a capacidade de formular proposições.

E reafirma Miotto:

O estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre o qual fomos chamados a opinar. (...) a qualidade do estudo depende inicialmente da abrangência e profundidade das informações obtidas. Ou seja, da competência técnica do perito que está associada a sua competência teórico-metodológica, especialmente em relação ao objeto de estudo, bem como ao seu compromisso ético. Este conjunto garantirá a pertinência e a consistência da análise interpretativa. (MIOTO, 2001).

Algumas competências anteriormente citadas devem ser analisadas de forma constante quando da elaboração do estudo social como:

A *competência técnica*, entendida como o domínio do uso dos instrumentos utilizados para a formulação do estudo social, como a entrevista, a visita domiciliar, e a documentação. A *competência teórico-metodológica* está se referindo ao conhecimento agregado pelo profissional durante sua formação, o domínio das temáticas e causas que permeiam a situação. A *autonomia*, no ato de expressar a opinião do técnico, ligado diretamente ao *compromisso ético* das normas do exercício profissional contidos no Código de Ética da Profissão (MIOTO, 2001).

O compromisso do assistente social está em fazer do estudo social um instrumento de garantia de direitos, e ter claro a importância e a capacidade de mudanças e transformações que sua análise terá na vida das pessoas, que não são apenas os sujeitos envolvidos diretamente, mas também os que indiretamente compõem determinada realidade.

Assinala Favero:

Por meio de observações, entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas, ele constrói o estudo social, ou seja, constrói um saber a respeito da população usuária dos serviços judiciários. Um saber que pode se constituir numa verdade. As pessoas são examinadas, avaliadas, suas vidas e condutas interpretadas e registradas, construindo-se, assim, uma verdade a respeito delas. (FAVERO, 2004, p. 28).

O Estudo Social tem sido cada vez mais requisitado pelos juízes da Vara da Infância e Juventude, devido ao seu caráter informativo e revelador.

Reafirma Dal Pizzol:

Os assistentes sociais do Judiciário catarinense vêm realizando estudos sociais desde 1972, atendendo determinação judicial, com caráter de assessoramento em demandas que exige o parecer profissional. Acredita-se que o serviço profissional, geralmente expressado através do estudo social, em muito tem colaborado para as decisões judiciais. (DAL PIZZOL, 2003).

O ECA em seu Art. 50 inciso 1º e 2º relatam respectivamente: *“o deferimento da inscrição dar-se-á após a prévia consulta aos órgãos técnicos do Juizado, ouvido o Ministério Público”*; *“Não será deferida inscrição se o interessado não satisfizer os requisitos legais, ou verificados qualquer das hipóteses previstas no Art. 29”*.

Os incisos 1º e 2º salientam a importância da seleção dos candidatos previamente ao deferimento de sua inscrição. Do ponto de vista técnico pode-se considerar também o processo de seleção como um processo de ajuda aos candidatos, pois durante esse período eles poderão realizar uma avaliação de suas próprias motivações, e quando for o caso, elaborar a aceitação da esterilidade ou infertilidade. Poder-se-ia, mesmo, assemelhar o processo de seleção ao de uma “gestação” intelectual e emocional (cf. comentários ao Art. 46). (BECKER, 2003, p.184).

Sendo assim, a clareza com que o profissional do serviço social expõe o que foi coletado e analisado no Estudo Social, pode consubstanciar a tomada da decisão judicial.



Conclui-se que, capacidades como o domínio do conhecimento, a redação e a especificidade com que o profissional elabora o estudo social, poderão ocasionar mudanças no curso do processo.

Na conclusão do estudo social faz-se necessário a elaboração do parecer social, é momento em que o técnico expõe sua opinião em relação ao que foi observado, as informações coletadas e a análise da situação.

### **2.1.1 O Parecer Social.**

O parecer social será sempre precedido de um estudo social.

Segundo Favero:

O parecer social diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social – portanto, com base em estudos rigorosos e fundamentado – e uma finalização, de caráter conclusivo ou indicativo. (FAVERO, 2004, p. 47).

O assistente Social deve ter claro que seu parecer estará causando modificações na vida das pessoas envolvidas e sendo assim, ter a consciência da importância em suas colocações e sempre que possível munir-se de referências teóricas e propor alternativas de solução (MIOTO, 2001).

O parecer social, como já foi colocado anteriormente, poderá estar causando modificações na vida das pessoas envolvidas, visto que sua conclusão agrega conhecimentos que



o assistente social adquiriu durante o processo de construção do estudo social, conjuntamente com seu conhecimento adquirido em sua formação enquanto profissional social e estes elementos passarão a integrar uma realidade sobre a vida das pessoas.

Afinal qual o papel do assistente social na elaboração desse estudo e desse parecer social, senão de opinar e indicar caminhos que sejam mais assertivos, e que no caso em questão, dos pretendentes à adoção, possa resultar em uma habilitação concretizada nos preceitos que determinam o processo de adoção?

## **2.2 Os diferenciais na elaboração do estudo e do parecer social nos casos de habilitação de pretendentes à adoção e para adoção propriamente.**

Antes da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos procedimentos denominados “sindicâncias”, realizavam-se avaliações denominadas sociais, em impressos com campos determinados para o preenchimento, como se fosse um questionário, sem qualquer aprofundamento ou análise das questões levantadas. Tais avaliações eram efetivadas por “comissários de menores”, pessoas leigas, oficiais de justiça, voluntários, sem a necessária qualificação técnica, para desempenhar esse trabalho. (FAVERO, 2004)

Hoje a realidade é outra. A Justiça da Infância e da Juventude proporcionou uma avaliação mais adequada dos atores envolvidos com o processo, considerando todos os segmentos que diretamente devem atuar para se alcançar o que melhor atenda aos interesses das crianças e dos adolescentes.

A intervenção do assistente social visa assessorar a Justiça da Infância e da Juventude e pode ocorrer em qualquer situação que justifique a elaboração de estudo social para melhor apreciação da situação da criança, do adolescente ou de sua família.

Basicamente, podem ser especificadas as seguintes situações que justificam a intervenção:

- Colocação em família substituta;
- Elaboração dos cadastros para adoção;
- Nas hipóteses de crianças e adolescentes em situação de risco;
- Nos procedimentos relativos a atos infracionais – inclusive quanto ao acompanhamento do cumprimento das medidas sócio educativas ou protetivas.
- Em qualquer outra situação que se mostre necessária – art. 153 – constatação de irregularidade em entidades de atendimento.

Todavia, cada caso deve ser tratado de forma individual, e cada processo deve ter sua avaliação direcionada para o assunto em questão.

Gostaríamos aqui de fazer o diferencial entre a análise realizada nos estudos sociais para habilitação no cadastro de adoção e para a adoção propriamente. Em ambos os casos a abordagem é de caráter único, mas a forma de análise deve conter suas especificidades.

De acordo com Ferreyra:

A adoção constitui um fato social, por isso a presença de técnicos especificamente habilitados para tais fins adquire importância em todo o processo. O mesmo se inicia no momento em que se produz a situação de abandono ou de entrega da criança, passando logo para a seleção e preparação dos futuros pais, a supervisão durante a guarda até a sentença da adoção. (FERREYRA, 2001, p. 301)



O processo que precede a adoção, perpassa por questões mais subjetivas como, a visão sonhadora que o pretendente cria em relação à criança, a determinação do pretendente, ansiedades, dúvidas, medos, etc.

Na elaboração do estudo social para pretendentes a adoção é impossível o assistente social não intervir na situação, afinal este é o momento que o profissional tem abertura para elucidar dúvidas, discutir os motivos que levam a adotar, indicar caminhos, esclarecer as peculiaridades que envolvem a fase processual, desvendar os medos e incertezas que os pretendentes apontam e, através do diálogo, da indicação de leituras e encaminhamentos para os grupos de apoio ou outros profissionais da área, levando-o a uma maior reflexão e amadurecimento do desejo pela adoção.

Nesse momento, cabe ao assistente social observá-lo enquanto ser único e enquanto conjunto (família extensiva), para poder encontrar revelações em cada palavra ou sentimentos que realmente o usuário deseja expressar.

A fase de habilitação é quando o profissional de serviço social tem as maiores possibilidades de intervir na situação. É seu dever buscar ao máximo conhecer e entender a realidade da família em questão e, se necessário, instruí-los na construção de um novo pensamento relacionado com seus objetivos, no caso a adoção.

O estudo social, realizado nos casos de adoção propriamente, é elaborado a partir de uma situação que já está instalada, pois anteriormente, no processo de habilitação, entende-se que foram feitas várias observações com o casal e presume-se que este se encontra seguro de sua decisão. Claro que se deve levar em conta que o momento da adoção é ímpar e que pode ocorrer de pretendente ter ansiedades e preocupações. Nesse momento o profissional deve ter a percepção se o que o pretendente apresenta realmente, são questões comuns de todo pai ou mãe que espera por seu filho, ou se alguma dúvida pela escolha ainda não está bem resolvida.



Sempre para a realização do estudo social para adoção, o assistente social deve se reportar ao estudo feito para habilitação. Nesse documento ele poderá perceber quais os avanços que o pretendente teve em relação à adoção, confirmando assim a importância das informações e recomendações suscitadas pelo profissional no momento que antecedeu à adoção.

Todavia, o estudo social para adoção, torna-se uma afirmação do que esse pretendente agregou de conhecimento e amadurecimento durante o tempo de espera. Esse tempo, que também podemos chamar de “gestação”, é muito importante para a pessoa que deseja adotar, pois ela estará se familiarizando com todas as questões que antes eram apenas idéias soltas e que a partir de então passam a fazer parte de seu cotidiano.

Exemplos de adoções efetuadas sem o amparo legal são as adoções “prontas”<sup>2</sup> ou “à brasileira”<sup>3</sup>, ações que demonstram o desconhecimento daqueles que optaram pela adoção, podendo trazer consequências tanto para pais como para os filhos por adoção, como é o caso da recusa pela revelação da origem da criança.

### 2.3 Aspectos a serem observados na avaliação dos pretendentes à adoção.

O processo de adoção revela-se como um dos mais importantes na área da Infância e da Juventude, posto que objetiva a colocação de criança ou adolescente em lar substituto, de forma definitiva e irrevogável. Revela-se desta forma, como um processo que requer “um certo conhecimento da lei, compreensão do desenvolvimento emocional do ser humano a partir do início da vida e também experiência no estudo social do caso”. (MOTTA, 2000, p. 136).

<sup>2</sup> A adoção pronta acontece quando a colocação familiar não passa cadastro de pessoas habilitadas para a adoção, todavia não é considerada crime.

<sup>3</sup> Essa prática - conhecida por adoção à brasileira - é crime de falsidade ideológica, previsto no art. 242 do Código Penal, com pena de reclusão de 2 a 6 anos. Esta situação, normalmente, envolve intermediários que também podem ser punidos conforme o artigo 237 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, os pais biológicos podem recorrer à Justiça a qualquer momento para reaver o filho. Na adoção à brasileira a história de vida e de origem da criança desaparece. E no futuro, isto pode gerar inquietação e problemas para o adotado.

O processo de adoção, na maioria das vezes, requer uma fase preliminar de preparação e inscrição das partes interessadas em adotar (cadastro de interessados à adoção) bem como da situação da criança ou do adolescente a ser adotado, o que revela sua peculiaridade.

A intervenção técnica no processo adotivo tem por objetivo específico, verificar se os requerentes reúnem condições sociais e psicológicas para assumirem a adoção e se é caso da criança ou o adolescente ser adotado.

Nesta oportunidade, o papel fundamental do técnico, conforme estabelece a o ECA em seus artigos 29 e 50, § 2º, é analisar a compatibilidade dos pretendentes com a natureza da medida, oferecendo ambiente familiar adequado à criança ou adolescente. É também verificar junto aos pretendentes a “capacidade de estabelecer relações afetivas” enquanto futuros pais.

Nesta oportunidade, esclarece Mota:

Há alguns aspectos a serem considerados na consideração dos candidatos a adotantes, tais como a forma como falam de outras pessoas, principalmente seus parentes; a maneira como se tratam mutuamente; a forma como tratam a pessoa que está realizando as entrevistas; a capacidade de enfrentar dificuldades com coragem e de refletir com sensatez sobre a melhor maneira de lidar com elas. Característica indispensável para os pais adotivos, pois é essencial que tenham capacidade de assumir alguns riscos, assim como o é para os pais naturais (MOTTA. 2000, p. 136).

A motivação para a adoção apresenta-se de suma relevância para a análise da pretensão dos interessados (necessidade compensatória em razão de falecimento de filho, esterilidade, infertilidade, sentimento de piedade, motivos religiosos, etc.).

Ressalta Vargas:

Em tese, a preparação das pessoas para serem pais adotivos, não seria diferente daquela que deveriam ter todos as pais que desejam tê-lo na sua acepção mais completa. Por outro lado, penso que a “vocação” para ser pai ou mãe pode ser mias evidente em quem deseja ter um filho mesmo que este não esteja “à sua imagem e semelhança”. (VARGAS. 2001, p.99).



É bem verdade que a intervenção prévia do técnico junto aos interessados no cadastro à adoção, não garante o sucesso da adoção. No entanto, revela-se de extrema importância, posto que se pode minimizar a ocorrência de adoção mal sucedida.

Questão de relevância, refere-se à conclusão negativa do técnico quanto à admissão dos interessados no cadastro à adoção. Verificando o setor técnico qualquer situação que se enquadre no dispositivo legal, com incompatibilidade da medida ou ambiente familiar inadequado, deve apresentar avaliação contrária à pretensão dos interessados. No entanto, esta avaliação, somente deve ser lançada, após a concessão de oportunidade aos interessados para reverter a situação colocada como impedimento à sua habilitação para adoção, com eventual tratamento ou participação em grupos de apoio à adoção.

No que se refere à idade dos interessados, pode o assistente social apresentá-la como fato impeditivo do cadastro, somente na hipótese de se inscreverem pessoas menores de 18 anos de idade (ECA, art. 42). Nas demais situações, ou seja, de pessoas idosas interessadas em adotar, diante da ausência de previsão legal, as considerações a respeito devem ser feitas, mas a idade, por si só não é motivo suficiente para impedir o cadastro.

#### Segundo PACHI:

Conclui-se em face do cadastro dos interessados à adoção e da intervenção técnica que “ao contrário do que muitos imaginam, adotar não é um direito dado a todos. Como cabe ao Estado-Juiz promover a colocação em lar substituto (do qual a adoção é uma das formas), os interessados têm que submeter às suas regras, entre estas, a submissão às avaliações técnicas”. (PACHI. 1998, p. 25).

A presença do técnico no processo adotivo visa identificar os interesses do adotando - crianças e adolescentes, ou seja, buscar a solução que melhor atenda aos seus

interesses e lhes apresentem reais vantagens. Trata-se de uma questão que envolve critério subjetivo, como interesse moral, interesse futuro, interesse familiar, afinidade, afetividade, reais vantagens, etc. Toda adoção passa por perigos que um assistente social com preparo condizente com que a formação preconiza pode antever.

A importância da realização do estudo social pelo assistente social ressalta-se em razão deste evitar a possibilidade de pessoa que não se cadastrou previamente junto ao Juizado da Infância e da Juventude possa requerer à adoção, não tendo sido avaliada anteriormente.

Assim, a razão da intervenção técnica no processo adotivo é de auxiliar o juiz, e indiretamente as partes do processo, na busca do que representa o melhor interesse ou a solução que melhor atenda aos interesses da criança ou do adolescente a ser adotado, levando-se em consideração suas condições pessoais e morais bem como daqueles que pretendem adotá-los.

O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta como referencial para a identificação do interesse da criança, questões como: relação de afinidade ou de afetividade (art. 28, § 2º), ambiente familiar adequado (art. 29), ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substância entorpecente (art. 19), motivos legítimos para a adoção (art.43).

Por fim, cumpre anotar que o preparo do técnico é de suma importância para uma intervenção qualificada no processo de adoção. Com efeito, irá lidar com questões delicadas envolvendo relações humanas, com uma ruptura da ligação entre mãe/filho e a constituição de uma nova família, que pode se iniciar com um casal, adotante solteiro, do sexo masculino ou pretendente homossexual. Identificar as reais vantagens do processo adotivo frente a estas considerações exige do profissional competência técnica, teórico-metodológica, ética e *autonomia* de ação como acrescenta Miotto (2001).



O assistente social assume papel de extrema relevância, dada a forma como intervém no processo de adoção, podendo atuar afim de que a criança ou o adolescente adotado tenha um futuro menos traumatizante e mais promissor.

Neste sentido, encaminhamos a pesquisa que apresentaremos no próximo capítulo, com a finalidade de caracterizar a elaboração do estudo social realizado pelas assistentes sociais do Poder Judiciário Catarinense.

### **3. CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO E DO PARECER SOCIAL PARA HABILITAÇÃO DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO EM SANTA CATARINA.**

A realização de uma pesquisa voltada para o estudo social nas habilitações de pretendentes à adoção tem sua relevância, pois, como já colocado, o estudo social é um instrumento utilizado pelos assistentes sociais, capaz de identificar fatos que possam construir "uma verdade" em relação ao pretendente. Todavia, é necessário observar de que forma o assistente social se apropria desse instrumento e como ele vem sendo aplicado nos processos de habilitação de pretendentes à adoção.

Estar munido das leis que regem a adoção é o primeiro passo, mas não somente isso. É necessário que vários outros aspectos sejam observados e diagnosticados pelo profissional, ultrapassando o limite da norma processual.

Mas será que o profissional incumbido para realizar essa avaliação está munido de instrumentos? Quais as questões objetivas com que esse profissional conta? Como podemos retratar o estudo social realizado para pretendentes à adoção?

É o que buscamos relatar com a referida pesquisa.



### 3.1 Dos objetivos geral e específicos da pesquisa

- Caracterizar o processo de elaboração de estudo e do parecer social para habilitação de pretendentes à adoção em Santa Catarina, considerando as suas condições objetivas e as competências técnicas e teórico-metodológicas do profissional, com o objetivo de contribuir para aprimorar as condições de sua realização.
- Identificar as condições objetivas com que o assistente social conta para realizar o estudo social.
- Identificar informações relevantes para realização do estudo e parecer social.
- Identificar os conhecimentos teórico-metodológicos utilizados pelo assistente social para dar aprofundamento ao estudo e parecer social.
- Identificar os instrumentos utilizados pelo assistente social, para a realização dos estudos sociais e sua abrangência mediante a escolha dos sujeitos.
- Definir padrões e formas de elaboração do estudo social em relação a habilitação dos pretendentes à adoção.

### 3.2 Percurso metodológico da pesquisa.

Podemos classificar a pesquisa como exploratória - descritiva segundo o que coloca Gil (1999) sobre esta categoria de pesquisa:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e trona-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 1999, p. 43)

Rizzini, Castro e Sarte (1999) dos objetivos da pesquisa descritiva, [...] é a descrição das condições existentes. Gil (1999) prossegue aprofundando que [...] a pesquisas que embora definidas como descritiva a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que se aproxima das pesquisas exploratórias.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados, a aplicação de questionário junto as assistentes sociais forenses do Poder Judiciário de Santa Catarina solicitando que anexassem cópia de um estudo social de habilitação de pretendentes à adoção realizado no período de julho a setembro de 2004, como forma de realizarmos a análise documental.

De acordo com Gil (1999), pode-se definir questionário como "a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc". (p. 128)

O questionário, depois de elaborado com perguntas objetivas e descritivas de modo a abordar questões quantitativas e qualitativas, foi enviado como pré-teste para duas



assistente sociais forenses e após devolução foram feitas as correções que consideramos necessárias para sua aplicação.

O estado de Santa Catarina possui 110 comarcas, sendo que, 100 possuem o cargo de assistente social, onde 20 participaram da pesquisa, respondendo ao questionário que foi enviado através de correio eletrônico e devolvido da mesma forma.

Tabulamos os dados do questionário, eletronicamente, através de confecção de gráfico utilizando o programa *Excel* e os dados descritivos foram transcritos e agrupados.

Das 20 comarcas em que foram aplicadas o questionário, 15 responderam de acordo com o solicitado, 2 comarcas responderam após o prazo estabelecido e desta forma não foram incluídas na tabulação dos dados e 3 comarcas não responderam, alegando não ter tempo disponível, ou por não terem número expressivo de processos dessa categoria.

Identificaremos as comarcas da seguinte forma:

♣ - Para as comarcas que responderam após o prazo estabelecido.

♠ - Para comarcas que não responderam o questionário

Comarcas envolvidas na pesquisa:

|   |  |  |
|---|--|--|
| <b>Inicial:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Capinzal</li> <li>2. Ibirama</li> <li>3. Lebon Régis♣</li> <li>4. São Carlos</li> <li>5. São Lourenço do Oeste</li> </ol> | <b>Comarca intermediária:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Araranguá</li> <li>2. Balneário Camboriú</li> <li>3. Campos Novos</li> <li>4. Gaspar</li> <li>5. Laguna</li> <li>6. São Bento do Sul</li> <li>7. São Miguel do Oeste♠</li> <li>8. Xanxerê</li> <li>9. Tubarão♠</li> <li>10. Mafra</li> </ol> | <b>Final:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Blumenau</li> <li>2. Chapecó♣</li> <li>3. Joinville</li> <li>4. Rio do Sul</li> </ol> <b>Especial:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Capital♠</li> </ol> |
|---|--|--|

Os critérios utilizados para seleção das comarcas foram:

- Comarcas por entrância inicial, intermediária, final, caracterizadas pelo volume processual e populacional dos municípios de abrangência.
- Comarcas que possuem o cargo de assistente social forense.

A partir do percurso metodológico esclarecido, passaremos a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa.

### **3.3 Apresentação e análise dos dados pesquisados**

Neste item apresentaremos os dados obtidos através do questionário. Os dados dizem respeito:

#### **3.3.1 Perfil do assistente social do poder judiciário e sua formação profissional.**

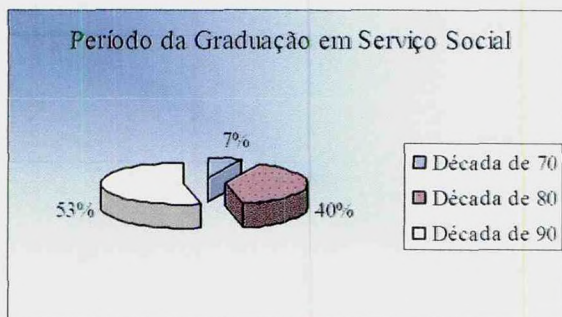
A formação acadêmica do profissional e sua experiência enquanto trabalhador tende a agregar valor a sua atuação profissional. Partindo desse pressuposto procuramos estabelecer um perfil dos assistentes sociais que participaram da pesquisa, objetivando conhecer esse profissional do ponto de vista de sua formação e como ele vem se capacitando para o exercício da profissão.



Os assistente sociais do Poder Judiciário apresentam o seguinte perfil:

**Gráficos 01 e 02 e 03 - Perfil do assistente social do judiciário catarinense**

**Gráfico 01**



**Gráfico 02**



**Gráfico 03**



Conforme a representação gráfica, observa-se que, 53% das assistente sociais são formadas na década de 90, o que demonstra uma formação recente das profissionais.

Os gráficos também demonstram que, 71% das assistentes sociais possuem título de pós-graduação “*latus sensus*” nas áreas da família, criança e adolescente e correlatas como: Formação Social e Familiar; Psicologia de Atenção à Criança e ao Adolescente; Psicopedagogia e Psicomotricidade; e ainda em outras áreas como: Recursos Humanos, Planejamento e

Administração do Bem Estar Social; Metodologia em Serviço Social. Os 29% restantes possuem apenas a graduação em serviço social.

As especializações são realizadas em áreas afins como psicologia, pedagogia e também em serviço social.

No que se refere ao tempo de trabalho pode-se observar uma variação, 50% atuam a menos de 5 anos, 21% entre 5 e 10 anos e 29% há mais de 15 anos, sendo que a maioria tem sua formação na década de 90. Esses dados revelam que o corpo de profissionais em sua maioria tem uma atuação recente no trabalho do judiciário.

A seguir iremos explicar as condições com que o assistente social conta pra realização do estudo social.

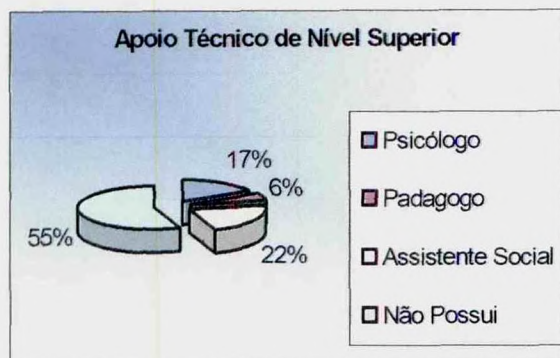
### **3.3.2 Condições objetivas com que o assistente social conta para realização do Estudo Social no Judiciário Catarinense**

Procuramos abordar quais são os recursos humanos e materiais que o assistente social conta para realização do estudo social para habilitação de pretendentes à adoção, de modo a dimensionar os aspectos facilitadores e/ou dificultadores de suas ações.

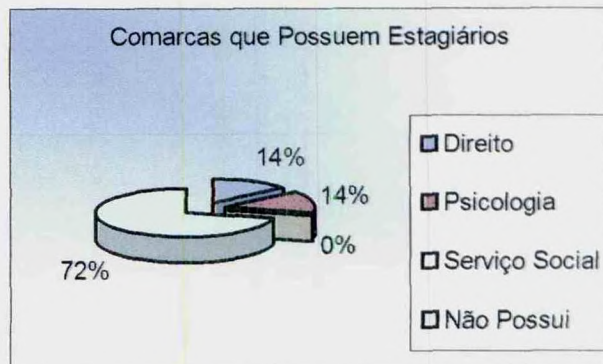


### Gráficos 04 e 05 - Recursos Humanos de Apoio\*

**Gráfico 04**



**Gráfico 05**



\* Como não existe no quadro de técnicos de nível superior do Tribunal de Justiça de Santa Catarina os cargos de psicólogo e pedagogo, os profissionais que atuam nessa área encontram-se a disposição da comarca, sendo vinculados a outra instituição ou voluntários.

Observa-se nos gráficos 04 e 05 que 55% das profissionais pesquisadas não contam com o apoio de técnico de nível superior, nem na qualidade de voluntários e 72% não possuem estagiários no setor. Alguns citaram a presença do comissário da infância e juventude, sem representação expressiva.

Segundo o que coloca o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 50 § 1º, *“O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do Juizado, ouvido o Ministério Público”*, entendendo que o Juizado deveria contar com mais de um técnico ou com uma equipe interdisciplinar, vislumbrando a importância da opinião de outras profissões no processo de habilitação dos pretendentes à adoção.

Também os artigos 150 e 151 do ECA colocam:

Art. 150 - Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art.151 - Compete à equipe interprofissional, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Mais uma vez o *Estatuto* ressalta a importância de uma equipe técnica, tendo em vista também que o requisito no caso da habilitação é o estudo biopsicosocial, o que não acontece no judiciário catarinense, visto que o estudo realizado é apenas o social, devido o assistente social ser o único profissional que compõem o quadro de técnicos de nível superior do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Quanto aos estagiários, como o questionário não faz referência sobre as razões de haver ou não este apoio no setor, supõe-se que o expressivo percentual, representado por 72% das técnicas pesquisadas que não contam com esse auxílio, deva-se a fatores de ordem interna e externa ao judiciário como: espaço físico nos fóruns; disponibilidade de tempo para o assistente social realizar a supervisão e inexistência de universidades no município cede das comarcas. É lamentável esse quadro, uma vez que o serviço social forense é um campo rico para estágio sobretudo no que diz respeito às questões de família, infância e juventude.

Reportando-se aos recursos materiais, todas acusam possuir computador bem como móveis básicos em suas salas de trabalho. Mas apenas 47% possuem sala privativa para entrevista e 20% sala para trabalho com grupos, expressando algumas restrições na abordagem de seus usuários, sabendo-se que o trabalho no judiciário apresenta questões delicadas que deveriam ser tratadas em ambientes propícios, evitando interromper o que muitas vezes acontece quando o profissional conta apenas com uma sala de trabalho.

Outro fator que é indispensável nessa observação é a disponibilidade de veículo para realização das visitas domiciliares. Das comarcas pesquisadas, 67% utilizam veículo



pertencente a outra instituição, que compartilham com o técnico do judiciário, estando em 100% dessas comarcas a disposição apenas um dia na semana para ser utilizado para tal fim. Em 20% das comarcas, o veículo utilizado é do Tribunal de Justiça e 13% não possuem veículo à disposição de nenhuma das formas.

Das comarcas pesquisadas, 93% possuem biblioteca setorial, onde o material é originado em sua maioria de por aquisição pessoal, via grupos de estudos e apoio à adoção ou por doações. Dessas apenas 27% receberam algum material do Tribunal de Justiça.

É bom lembrar que não apenas o preparo do profissional é determinante para uma elaboração qualificada do estudo social, mas que questões objetivas interferem diretamente no trabalho do profissional e por isso a relevância de sua análise.

Podemos observar que o apoio humano e material com que o assistente social conta é ainda muito precário no judiciário catarinense, mas também, que é um dever do profissional estar se articulando na reivindicação de melhorias ou buscando outras alternativas que contemplem as necessidades do seu setor de trabalho.

Passamos agora a caracterizar como se dá o processo de realização do estudo e do parecer social.

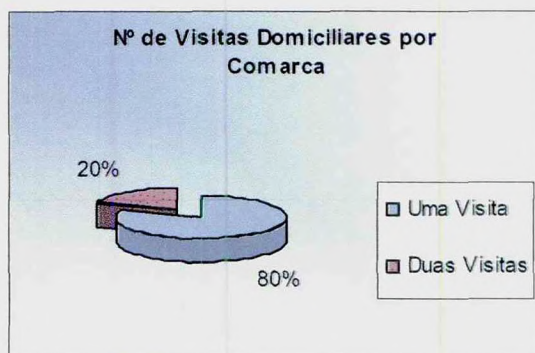
### **3.3.3 Características da realização do estudo e do parecer social no judiciário catarinense.**

O estudo social, conforme evidenciado anteriormente, para poder conhecer a situação e ser capaz de emitir uma opinião técnica sobre a mesma, utiliza-se de instrumentos que lhe permitam operacionalizar suas ações. Diversos instrumentos podem ser utilizados, como a entrevista, a visita domiciliar, a observação e a documentação.

Os dados obtidos na pesquisa permitem identificar, neste primeiro momento, os instrumentais utilizados pelo técnico na realização de seu estudo junto ao pretendente à adoção e também analisar o número de abordagens efetuadas.

***Gráfico 06, 07 e 08 – Instrumentais utilizados para elaboração de estudo social para habilitação de pretendentes à adoção.***

**Gráfico 06**



Observa-se na representação gráfica que instrumentos como a visita domiciliar e entrevista são consideradas indispensáveis para o conhecimento da situação, uma vez que todas as assistentes sociais forenses a utilizam pelo menos uma vez.

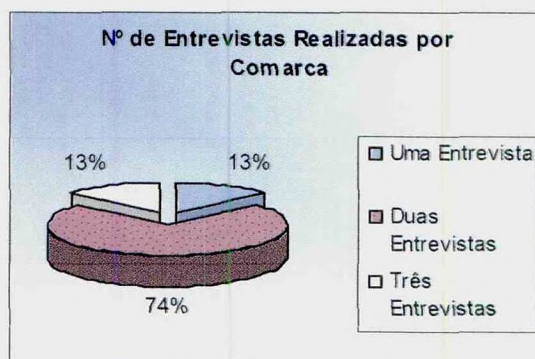
No caso da visita domiciliar o gráfico 06 aponta que 80% das assistentes sociais realizam uma visita domiciliar e 20% fazem duas visitas domiciliares.

Na visita domiciliar nos casos de habilitação é de suma importância a capacidade de observação que o assistente social detêm. O comportamento dos pretendentes em seu lar pode demonstrar várias características que a entrevista no ambiente institucional não pode identificar. Além da importância de estar observando se o local é apropriado para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente, conforme o Art.29 do ECA. Todavia, nessa ação, o assistente social deve estar desprovido de qualquer julgamento relacionado a questões financeiras ou deduzindo fatos



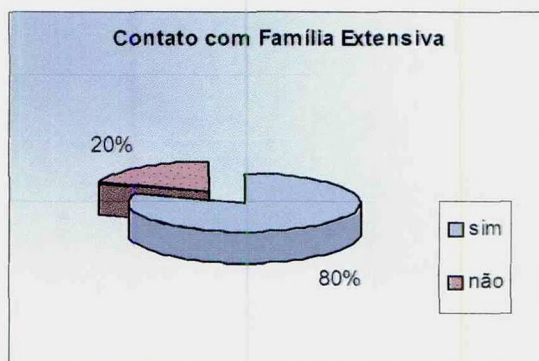
que não foram vislumbrados na observação. Esses questionamentos devem ser levados posteriormente para o momento da entrevista.

**Gráfico 07**



O gráfico 07 aponta o número de entrevistas realizadas, sendo que 74% realizam duas entrevistas para subsidiar seus estudos, quase sempre no ambiente do Fórum de Justiça; 13% realizam apenas uma entrevista e os outros 13% realizam três.

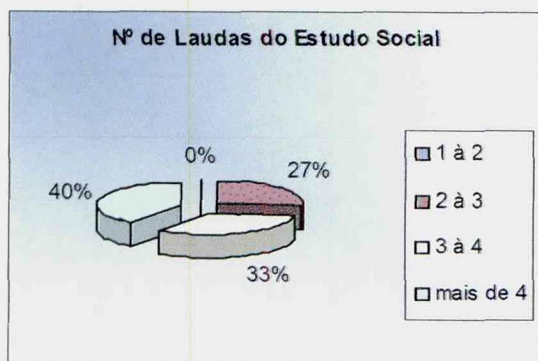
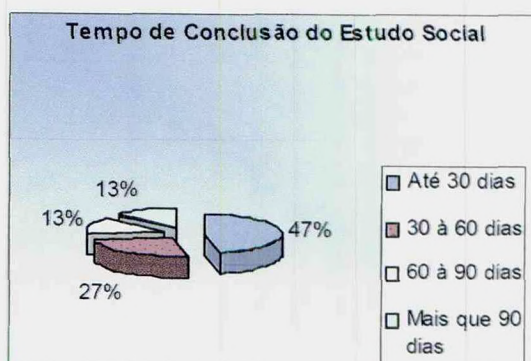
Durante a formação acadêmica, aprendemos a utilizar a entrevista, de forma que os questionamentos sejam claros para o usuário, sendo fidedigno com os objetivos da problemática que estaremos abordando, realizando um levantamento das questões realmente relevantes, fazendo com que o entrevistado interaja espontaneamente, de forma que possamos refletir em conjunto os questionamentos estabelecidos. Na entrevista devemos reconhecer as relações sociais que o sujeito entrevistado apresenta e se necessário, recorrer a contatos com outros indivíduos que não os envolvidos.

**Gráfico 08**

Os contatos com a família extensiva e com colaterais, gráfico 08, são estabelecidos por 80% dos técnicos, sendo que 20% não realizam esse tipo de contato.

Esses contatos enriquecem o estudo e permite ao técnico uma outra visão da realidade social da família, uma vez que a informação parte de um terceiro no caso de colaterais, não envolvido naquela dinâmica.

**Gráficos 09 e 10 – Quadro 01 – Estrutura do estudo social.**

**Gráfico 09****Gráfico 10**



Observamos no gráfico 09 que em média os estudos sociais são compostos por 3 laudas e levam aproximadamente 30 dias - gráfico 10 - para serem concluídos, demonstrando a brevidade com que são realizados . Este dado, se comparado com o número de aspectos levantados para elaboração deste tipo de estudo, revela algum tipo de incompatibilidade.

*Quadro 01 - Aspectos levantados pelos assistentes sociais para a elaboração do estudo e do parecer social para habilitação de pretendentes à adoção.*

|  |   |
|--|---|
| 1. Acolhida da criança                   | 12. Perfil da criança pretendida                |
| 2. Aspectos afetivos                     | 13. Postura frente a adoção                     |
| 3. Convívio familiar                     | 14. Preconceitos                                |
| 4. Dinâmica familiar                     | 15. Questões legais da adoção                   |
| 5. Estrutura e programação para a adoção | 16. Reflexões sobre adoção tardia e iter-racial |
| 6. Família extensiva                     | 17. Relacionamento                              |
| 7. Histórico familiar                    | 18. Revelação da origem da criança              |
| 8. Identificação do pretendente          | 19. Situação econômica                          |
| 9. Infertilidade                         |   |
| 10. Mitos                                |   |
| 11. Motivação do pretendente             |   |

Os técnicos revelam que a abrangência de alguns temas como adoção tardia, revelação e outros de igual importância leva o candidato após algumas reflexões, modificar as características da criança pretendida, face as orientações, as indicações de leitura e o diálogo com os técnicos. Todavia isso não aparece relatado no estudo social, o que seria de fundamental importância tanto para avaliar a intervenção do técnico, quanto para enriquecer os dados sobre os pretendentes.

Dentre as temáticas abordadas pelas assistentes sociais cinco foram classificadas como mais relevantes por ordem de importância:

1. Motivação do pretendente
2. Relações sociais
3. Situação econômica
4. Características da criança pretendida
5. Outros: citados pelos técnicos: postura frente à adoção; disponibilidade

afetiva.

A partir destas temáticas, vamos transcrever algumas colocações extraídas dos estudos sociais enviados para identificar como o profissional vem relatando sua intervenção:

#### ✓ **Motivação para a adoção**

Segundo os postulantes, sempre tiveram o propósito de terem filhos, porém, nos primeiros anos de casados optaram por evitá-los, visto buscarem estabilidade financeira e profissional. Ao decidiram pela paternidade/maternidade, não mais conseguiram, sem que fosse detectada nenhuma causa aparente para tal infertilidade. Diante de tal, passaram a amadurecer a idéia de filiação adotiva, como uma alternativa viável e que lhes proporcionaria a satisfação pretendida. ( PLUTÃO - Assistente Social Forense)



Em outro relato a motivação é colocada da seguinte forma:

Ambos estão motivados a adoção e aguardam ansiosos a chegada da criança.  
(MARTE - Assistente Social Forense)

Podemos perceber a diferença entre um relato e outro, quanto à objetividade com que alguns profissionais abordaram uma questão tão importante quanto a motivação.

Seguimos vendo o relato de uma assistente social sobre a motivação advinda da infertilidade:

A infertilidade no presente caso é masculina. Segundo o interessado descobriu-se infértil após o casamento e quando pensaram em ter filhos. Lhe foi sugerido fazer espermograma e detectado então a azoospermia. Foi tomado de surpresa e ficou chocado. À princípio olhou como um problema, hoje já não tem influência tão grande sobre sua vida, pois pode solucionar a situação adotando, até por que a idéia da adoção já existia. (VENUS - Assistente Social Forense).

Nessa colocação é possível perceber que o assistente social conseguiu expressar todas as informações necessárias para responder como o pretendente encara a questão da infertilidade.

#### ✓ **Situação Econômica**

No que se refere aos relatos sobre a situação econômica, verificamos que é dado a grande dado de relevância na análise técnica. Os profissionais a classificaram como terceiro aspecto mais importante dentre os relacionados. No estudo social relatam o rendimento do pretendente, dando ênfase às condições habitacionais.

#### ✓ **Relações Sociais**

Entendemos por relações sociais as "trocas" realizadas entre os pretendentes e a família extensiva, amigos e a comunidade de modo geral.

As respectivas famílias foram informadas da inscrição no cadastro e passaram a compartilhar da alegria dos requerentes diante da possibilidade de adotarem. (MARTE - Assistente Social Forense)

A carência de informações neste relato, demonstra a forma sucinta com que o técnico abordou o assunto, deixando a família extensiva tomar conhecimento da adoção somente quando da concretização da inscrição no cadastro.

#### ✓ Características da Criança:

No que se refere as características físicas da criança pretendida, expressam ter preferência pelo sexo feminino, uma menina de cor branca, recém nascida. Embora já tenham o filho Sol, desejam recém nascido para ter o para ter o prazer de conviver com um bebê saudável (não aceitam criança com problemas físicos ou mentais). Não aceitam gêmeos, nem irmãos. Quanto à cor, esclarecem, que não estão preparados, já que ambos são brancos, para enfrentar e solucionar os problemas que poderão advir, considerando que a sociedade ainda não está preparada para conviver com esta situação (pais e filhos de raças distintas), sofrendo, a criança, conseqüentemente, com mais intensidade o preconceito e discriminação, que infelizmente ainda acontece. (JÚPTER - Assistente Social Forense).

É importante neste aspecto estar abordando de forma direta a questão da características da criança pretendida, uma vez que a maioria dos casais pretendem recém nascidos, branco, meninas; e a realidade da adoção é outra. As crianças que necessitam do amor de uma família nem sempre correspondem a estas características. Um pretendente preparado terá refletido o bastante para analisar que o desejo de ser pai e mãe vai muito além da origem étnica, sexo ou idade da criança.

Ao final do estudo social, 80% dos profissionais informam repassarem ao pretendente apenas o resultado do parecer social; 14% lêem todo o relatório e discutem conjuntamente o seu conteúdo e; 6% lêem o relatório, discutem e fornecem cópia ao pretendente.



Esse percentual elevado de profissionais que apenas informam os interessados acerca do parecer final, sugere ser... Essa postura poderá impedir o pretendente de identificar aspectos que possam ser melhor trabalhados ou onde está correto em suas reflexões.

Nas comarcas que possuem Grupo de Estudos e Apoio à Adoção, este é citado como elemento de suma importância no preparo dos pretendentes, devido a forma com que os grupos vem se estruturando e trabalhando, e por ser um espaço onde sentimentos, dúvidas alegrias, experiências são compartilhados entre os pretendentes e pais que já adotaram, tornando-se um grande auxílio para o técnico e consequentemente ao judiciário. As temáticas mais complexas são discutidas nos grupos de uma forma mais ampla podendo conter várias idéias e opiniões que irão enriquecer o debate.

Em relação aos recursos teóricos e legislações utilizadas, estas aparecem de forma muito sucinta. Relatam utilizar o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal, e bibliografia em sua grande maioria na área da psicologia.

A pesquisa realizada trouxe questões relevantes para fazer a caracterização do estudo social no Poder Judiciário de Santa Catarina e a partir desta análise levantar hipóteses para estudos mais aprofundados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colocação de crianças em família substituta, na modalidade de adoção, reflete o quadro de abandono vivenciado hoje por crianças e adolescentes abrigados em instituições; por famílias que não conseguem manter seus filhos e por uma sociedade que não vem dando conta de manter programas básicos de apoio às famílias.

A atuação de Poder Judiciário nas questões que envolvem a adoção, há que ser pautada por extremo cuidado e responsabilidade, não apenas pelo caráter irreversível desta medida de colocação familiar, mas principalmente pela criança que não pode estar exposta ao risco de sofrer devolução.

Tais cuidados são confundidos com burocracia e morosidade e na angústia de reverter essa imagem, profissionais vinculados ao judiciário, às instituições de abrigo, conselhos tutelares, grupos de apoio à adoção, entre outros, acabam tomando medidas precipitadas no encaminhamento dos casos que envolvem colocação familiar que nem sempre resultam em benefício para a criança/adolescente.

Daí a necessidade de uma atuação competente, cuidadosa e articulada, sem ansiedades ou pressões, com visão e todos os sentidos voltados ao bem estar dessas crianças/adolescentes expostas a todas as formas de agressão física e emocional conseqüentes do abandono e/ou devoluções.

Nos casos específicos de habilitação de candidatos à adoção, tema do presente trabalho, observamos por ocasião do estágio realizado junto à CEJA que não há porque ter pressa na aprovação dos pedidos de habilitação uma vez que o número de candidatos já habilitados



superam em muito o número de crianças em condições de adoção que configuram o perfil solicitado por 90% destes ou seja, recém nascidas, brancas, sexo feminino.

Evidenciamos que os assistentes sociais demonstram ansiedade na elaboração do estudo social para habilitação de pretendentes à adoção. Essa ansiedade é perceptível nos técnicos em darem uma resposta ao usuário no sentido de concluir o processo de habilitação e incluí-lo no cadastro formal, impedindo o aprofundamento em questões relevantes como o preparo, a rede de apoio, a forma como compartilham esse projeto de maternidade/paternidade com os familiares.

O serviço social é situado no Poder Judiciário como um trabalho de relevância, onde os pareceres são respeitados no campo da intervenção técnica. Sendo assim, o profissional deve estar constantemente atualizado e buscando responder às expectativas quando chamado a atuar. Todavia, para desenvolver um trabalho condizente, o assistente social precisa do apoio do Poder Judiciário e este poderá participar proporcionando condições objetivas propícias e acima de tudo constante capacitação profissional, de acordo com suas especificidades, através de cursos de reciclagem.

Questão de relevância é a equipe interprofissional estar presente nos cargos efetivos do Poder Judiciário, construindo junto ao profissional do serviço social uma atuação mais completa, atendendo ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por outro lado, na condição de estagiária, entendemos que quando da formação acadêmica, os estudantes devem buscar maior referencial acerca de matérias específicas que envolvem o atendimento de crianças e adolescentes no contexto familiar, já que a prática do Serviço social pressupõe, entre outros, a intervenção na dinâmica das relações sociais das famílias, quer no âmbito do executivo, privado (instituições) ou no judiciário.

Ao nosso entendimento, compete ainda ao acadêmico, conjuntamente com o departamento, ampliar os campos de estágio curricular. Nesse sentido é importante ressaltar o Poder Judiciário como um campo enriquecedor para a formação profissional, ainda é pouco explorado por estagiários do serviço social.

A partir das considerações acima, concluímos que a categoria dos assistentes sociais encontra-se bem situada no Poder Judiciário de Santa Catarina. Com independência técnica e respeitabilidade dentro das expectativas jurídicas, essa condição confirma a necessidade que uma atuação qualificada do profissional.

Sendo este um trabalho inicial sobre este assunto específico esperamos que outras pesquisas venham para complementá-lo, produzindo novas discussões.



## REFERÊNCIAS

BECKER, Maria Josefina In: CURY, Munir et alli. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 6ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, pág. 184 - 185.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069 de 1990. CARVALHO, Pedro Caetano de. (Org). Ed. Comemorativa: 13 anos ECA, 112 do Tribunal da Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org) **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4 ed. São Paulo: Cortez, Brasília: INICEF, 2000, p. 93-108.

FAVERO, Eunice Terezinha. O Estudo Social – Fundamentos e Particularidades de sua Construção na Área Jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 9-51.

FERREYRA, Martha Caselli de. O serviço social e a adoção. In: FREIRE, Fernando (Org.). **Abandono e Adoção**. Curitiba: Terra dos Homens, 2001, 352 p.

GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo, EDUC / Cortez, 2003, p. 97-104.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, 206 p.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção: doutrina e prática**, Curitiba: Juruá, 2003, 208 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, 326 p.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adoção Internacional**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995).

MIOTO, Regina Célia Tomaso. A Perícia Social: Proposta de um percurso Operativo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n° 67. Especial “temas Sócio-jurídicos”. São Paulo: Cortez, 2001. 214 p.

\_\_\_\_\_. **Família e Serviço Social**: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n° 55. São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Adoção – Algumas contribuições psicanalísticas. In: **Direito de Família e Ciências Humanas**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000. pág. 136-140. (Cadernos de Estudos: n.º 01).

PACHI, Carlos Eduardo. A atuação do Setor Técnico junto às Varas da Infância e Juventude. In: Munir Cury (Org.). **Infância e Cidadania**. São Paulo: s.n., v. 02, 1998, pág. 25.

PIZZOL, Alcebir Dal. **A Prática do Estudo e da Perícia Social no Judiciário Catarinense junto aos Procedimentos da Infância e Juventude**. Florianópolis: Gráfica do TJSC, 2003, 138 p.

RIZZINI, Irma. **Pesquisando**: guia e metodologia de pesquisa para programas sociais. CASTRO, Monica; SARTOR, Carla. Rio de Janeiro: USU. ed. Universitária. 1999.

SANTA CATARINA - Poder Judiciário - Corregedoria Geral de Justiça - CEJA. Comissão Estadual Judiciária de Adoção. **Adoção em Santa Catarina**. Florianópolis: Gráfica do TJSC. 2002. 106 p.

SILVA, Mary Ann das Graças Furtado e. A Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA. In: Tribunal da Justiça - Assessoria Psicosocial (Org). **O serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráfica. 2001, 188 p.

VARGAS, Marлизete Madonado. Da família sonhada à família possível. In: FREIRE, Fernando (Org.). **Abandono e Adoção**. Curitiba: Terra dos Homens, 2001, 352 p.



VERONESE, Josiane Rose Petry. ; OLIVEIRA, Luciene C. P. Adoção e Relações Familiares. **Revista Katálisis**. Florianópolis: ed. da UFSC, n. 2, p. 49-57. maio. 1998.

VICENTE, Cenise Monte. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org) **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4 ed. São Paulo: Cortez, Brasília: INICEF, 2000, p. 47-59.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo, EDUC / Cortez, 2003, p. 89-96.

## FONTES DE PESQUISA

BRASIL. **Novo Código Civil**. FILHO, Guilherme Soares (Org). Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 326 p.

\_\_\_\_\_. **Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA**. Disponível em: < <http://www.tj.sc.gov.br/corregedoria/paginas/adocao/ceja.htm>>. Acesso em 13 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Divisão Judiciária** - Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível em < <http://www.tj.sc.gov.br/jur/estruturajudiciaria.htm> > Acesso em 8 de novembro de 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

RUFINO, Silvana da Silva. **As Faces e Contrafaces da Adoção Inter-Racial**: Estudo da realidade catarinense. Florianópolis, 2000, 108 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1997. 126 p.



## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Provimento nº 36/99

Subdivide, no âmbito das comarcas, o cadastro de pretendentes nacionais a adoção.

O Desembargador FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO a necessidade permanente da disciplina do procedimento de adoção e garantia de preferência aos interessados do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a conveniência do cadastramento de pretendentes à adoção revelar separadamente os interessados por comarca, a fim de melhor assegurar os objetivos do art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que os elevados propósitos da adoção recomendam a existência de um cadastro estadual e um nacional, aquele formado a partir do constituído em cada comarca;

RESOLVE:

Art. 1º. Os atuais cadastros de pretendentes à adoção são transformados em cadastros de moradores no Estado e nacionais, cujos registros passam a ser autônomos, por meio de livros próprios, abertos e rubricados pelo respectivo juiz de direito.

Art. 2º. Fica, em decorrência, reafirmada, na adoção, a preferência no lar substituto de interessado residente no Estado.

Art. 3º. Em face da Resolução n. 03/98-TJ, do egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, fica assegurado aos habitantes do Estado do Paraná residentes em comarcas limítrofes às do território catarinense o direito de integrar o Cadastro Estadual.



Art. 4º. A Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA instituirá cadastros autônomos de pretendentes à adoção nacional na forma do artigo 1º deste Provimento, cujos registros devem coincidir com os existentes nas comarcas do Estado que comunicarão as movimentações por ofício ou e-mail, para que haja absoluta coerência de informações.

Art. 5º. Este Provimento entrará em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação no Diário da Justiça do Estado, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 24 de maio de 1999.

Des. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

Corregedor-Geral da Justiça

Publicado no Diário da Justiça do Estado de 26/5/1999

## ANEXO B

### Provimento nº 10/95

Dispõe sobre habilitação de estrangeiros residentes no Brasil, brasileiros residentes no exterior e outras determinações.

O Desembargador RUBEM CORDOVA, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina e Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado de Santa Catarina (CEJA/SC), no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as constantes consultas formuladas à Corregedoria-Geral da Justiça e à CEJA sobre procedimentos de habilitação de estrangeiros para adoção em Santa Catarina,

RESOLVE:

Com amparo no artigo 1º do Regimento Interno da CEJA, expedir alguns esclarecimentos gerais aos Juizados da Infância e da Juventude do Estado e a quem interessar possam:

Art.1º - Tratando-se de requerente estrangeiro, mesmo que domiciliado no Brasil, sua habilitação processar-se-á sempre perante a CEJA/SC (art. 52, ECA, e art. 5º, Res. n. 001/93 - TJ), que funciona no 8º andar do Tribunal de Justiça, na Capital. Sendo o estrangeiro domiciliado no Brasil (não o residente temporário), não se aplica a norma do art. 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, concorre ele a adoção de criança brasileira em igualdade de condições com os nacionais, não se realizando prévia consulta aos nacionais inscritos no cadastro da comarca e da CEJA/SC (item 10, Prov. n. 12/93 -CGJ). Redação alterada pelo Provimento n. 02/2001 de 13/03/2001 vide nova redação no provimento citado.

Art. 2º - Quando se tratar de casal misto (um estrangeiro e outro brasileiro), residente ou não no Brasil, sua habilitação também se fará perante a CEJA/SC; Também neste caso, em respeito ao requerente brasileiro, não se aplica a norma do



art. 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Redação alterada pelo Provimento n. 02/2001 de 13/03/2001 vide nova redação no provimento citado.

Art. 3º O brasileiro habilitar-se-á diretamente perante qualquer Juizado da Infância e da Juventude mesmo quando residente ou domiciliado no exterior, salvo quando, casado com estrangeiro, forem ambos requerentes. Suprimido este artigo pelo provimento n. 02/2001 de 13/03/200.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 17 de outubro de 1995.

Des. RUBEM CORDOVA CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

## ANEXO C

### **Resolução nº 001/93 -TJ/ DJ 18/6/93**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Órgão Especial, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO proposta e exposição de motivos do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor- Geral da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no art. 52 da Lei Federal n. 8.069 de 13/7/90 Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a importância do instituto da adoção e a necessidade da prevalência dos superiores interesses do adotado;

CONSIDERANDO as conclusões do XII Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família (Recomendações n.s. 4 e 5, 1986) e do XII Congresso da Associação Brasileira de Juízes e Curadores de Menores (Recomendação n. 10, 1987);

CONSIDERANDO a necessidade de auxiliar os Juízos da Infância e da Juventude do Estado no trato da aplicação da medida de colocação em família substituta, na forma de adoção, com critérios unificados, seguros e objetivos;

CONSIDERANDO ser salutar a centralização de ações para tornar mais prática e rápida a solução na aplicação de tal medida confiada ao Poder Judiciário, sem invasão de competências;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de evitar equívocos na prática do referido instituto e erradicar ações de intermediários inescrupulosos ou amadores;

CONSIDERANDO que a adoção internacional constitui medida excepcional, vale dizer, só deve ocorrer quando esgotadas as possibilidades de adoção nacional,



## RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA, com o objetivo de auxiliar os Juízos da Infância e da Juventude do Estado de Santa Catarina nos procedimentos relativos à adoção nacional e internacional de crianças e adolescentes.

Art. 2º. Provimento editado pela Corregedoria-Geral da Justiça especificará as atribuições e o funcionamento da CEJA e o seu relacionamento com os Juizados da Infância e da Juventude.

Art. 3º. Os Juízes da Infância e da Juventude encaminharão à CEJA os dados necessários para que esta atinja os seus objetivos.

Art. 4º. A CEJA manterá cadastro geral, atualizado e sigiloso, de:

- a) pretendentes a adoção no âmbito nacional;
- b) estrangeiros residentes e domiciliados fora do Brasil interessados em adotar crianças e adolescentes;
- c) crianças e adolescentes em condições de ser adotados, desde que esgotadas as possibilidades de adoção nacional na comarca de origem.

Art. 5º. Nenhuma adoção internacional será processada em Santa Catarina sem prévia habilitação do adotante perante a CEJA.

Art. 6º. As instituições que pretenderem colaborar para a consecução dos objetivos da CEJA deverão obter desta a sua habilitação, apresentando a documentação necessária.

Art. 7º. O laudo da habilitação, para pretendentes a adoção ou para instituições que desejarem colaborar, somente será expedido após aprovação dos respectivos pedidos pela CEJA.

Art. 8º. A CEJA funcionará na sede da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 9º. A CEJA poderá valer-se do auxílio de profissionais que, contudo não terão direito a voto nas deliberações.

Art. 10. A CEJA manterá intercâmbio com Comissões similares de outros Estados, visando à consecução dos seus objetivos.

Art. 11. A CEJA poderá realizar trabalhos de divulgação de projetos de adoção e esclarecimento de suas finalidades, visando à conscientização geral da necessidade do uso regular e ordenado do instituto de adoção, respeitados sempre o sigilo e a gratuidade.

Art. 12. A CEJA velará para que, em todo esforço empreendido, sobrelevem, sobre qualquer outro bem ou interesses juridicamente tutelados, a proteção aos superiores interesses das crianças e dos adolescentes e a prevalência da adoção nacional sobre a internacional.

Art. 13. A CEJA será composta de seis membros, a saber:

- a) - Corregedor-Geral da Justiça que a presidirá;
- b) - um Juiz da Infância e da Juventude da comarca da Capital;
- c) - um representante do Ministério Público;
- d) - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- e) - um Assistente Social;
- f) - um Psicólogo.

Acrescentado o item "d" pela Resolução n. 001/99 de 3 de março de 1999.

§ 1º. A aposentadoria, exceto de quem a preside, não será óbice para a nomeação e o exercício de membro da CEJA. Revogado este parágrafo através da Resolução n. 001/99 de 3 de março de 1999.

§ 2º. Os membros titulares serão substituídos, nas eventuais ausências, pelos respectivos suplentes. § 3º. Na ausência eventual do Presidente da



Comissão, a presidência será exercida por Juiz-Corregedor designado previamente para esse fim pelo Corregedor-Geral da Justiça. Alterada a ordem passando a constar como § 1º e § 2º, respectivamente.

Art. 14. Os representantes do Ministério Público, da classe dos advogados, dos assistentes sociais e psicólogos e respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após indicação feita pela Procuradoria-Geral da Justiça, pela seccional da OAB de Santa Catarina, pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Psicologia.

§ 1º. O Presidente do Tribunal de Justiça oficiará a esses órgãos de classe para a indicação acima referida. § 2º. Será de dois anos o mandato do Juiz de Direito e dos demais integrantes da CEJA de que trata o presente artigo, não vedada a recondução.

Art. 15. Os casos omissos na aplicação desta Resolução, excetuado o que definir provimento da Corregedoria-Geral, serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal, ad referendum do Órgão Especial.

Art. 16. A CEJA será instalada 90 (noventa) dias após a publicação desta Resolução.

Art. 17. A CEJA contará com a colaboração e o apoio de todas as autoridades constituídas e demais setores da sociedade, para a consecução dos seus objetivos.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Florianópolis, 2 de junho de 1993.

Des. NAURO LUIZ GUIMARÃES COLLAÇO

Presidente do Tribunal de Justiça

Publicado no Diário da Justiça do Estado de 18/6/93

## ANEXO D

### Provimento nº 12/93

Disciplina as atribuições e o funcionamento da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA e o seu relacionamento com os Juizados da Infância e da Juventude.

O Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no art. 2º da Resolução n. 001/93 -TJ do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que prevê a especificação, em provimento, das atribuições e do funcionamento da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA, assim como o seu relacionamento com os Juizados da Infância e da Juventude;

Considerando o que consta do Processo n. DA 91/93, motivado pela correspondência oriunda da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, relatando a atuação da CEJA/MG;

Considerando o projeto de autoria do Dr. Eralton Joaquim Viviani, ilustre titular da Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital, oferecido a esta Corregedoria-Geral da Justiça, a título de colaboração,

RESOLVE:

1. A Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA objetiva a prestação de auxílio aos Juízos da Infância e da Juventude nos procedimentos relativos à adoção nacional e internacional de crianças e adolescentes (Res., art. 1º).
2. A CEJA funcionará na sede da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
3. Reunir-se-á a CEJA em sessões ordinárias, uma vez por mês, pelo menos, salvo se nada houver para decidir, ou, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.



3.1 Nos casos de extrema urgência, o Presidente, após parecer da equipe técnica e do representante do Ministério Público, decidirá, ad referendum do plenário, acerca de pedido de habilitação de candidatos à adoção internacional.

4. A CEJA poderá editar o seu regimento interno, para bem desempenhar a sua missão.

5. A equipe técnica da CEJA será composta pelos técnicos das áreas do Serviço Social e da Psicologia que a integrarem. 5.1 Para a realização dos seus serviços, a CEJA poderá valer-se de servidores e voluntários, sempre respeitado o necessário sigilo sobre os dados coletados.

6. Cada comarca manterá um cadastro de adotandos e outro de pessoas interessadas em adoção, residentes e domiciliados no Brasil, cuja organização e manutenção incumbirá ao Serviço Social do respectivo Juizado ou, onde não houver dito setor, à pessoa designada pelo Juiz da Infância e da Juventude.

6.1 Deferida a inscrição (art. 50, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), o Juiz determinará a remessa do formulário cadastro de Pretendentes/Adotantes, integrante deste provimento, à CEJA, devidamente preenchido.

6.2 Os dados constantes do mencionado formulário serão mantidos em sigilo e estarão à disposição dos Juízos da Infância e da Juventude para consulta, sempre que esgotadas as possibilidades de adoção por pretendentes cadastrados na comarca.

6.3 Os Juízos deverão comunicar à CEJA, sempre que ocorrer, a modificação em seu cadastro (adoção ou cancelamento da inscrição).

7. A CEJA manterá cadastro geral, atualizado e sigiloso, de: a) pretendentes à adoção no âmbito nacional; b) estrangeiros residentes e domiciliados fora do Brasil, interessados em adotar crianças e adolescentes; c) crianças e adolescentes

em condições de ser adotados, desde que esgotadas as possibilidades de adoção nacional na comarca de origem; d) entidades de abrigos.

7.1 Os documentos e as informações relativos ao presente item serão encaminhados à CEJA pelos Juízes da Infância e da Juventude ou pelos pretendentes, estes pessoalmente, por via postal ou por procurador, assim como por entidades devidamente reconhecidas.

7.2 Os documentos referentes aos candidatos estrangeiros deverão atender ao previsto nos parágrafos 1º e 3º do art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

8. Nenhuma adoção internacional será processada em Santa Catarina sem prévia habilitação do adotante perante a CEJA (Res., art. 5º).

8.1 O ato inicial para o encaminhamento de qualquer pedido de adoção internacional junto à CEJA será o cadastramento dos interessados.

8.2 Da mesma forma, o início do estágio de convivência da criança ou adolescente com os pretendentes estrangeiros só poderá ocorrer após a expedição do respectivo laudo de habilitação pela CEJA, além da autorização do Juiz competente.

9. Uma vez recebido, o pedido de habilitação de candidato à adoção internacional deverá ser registrado em livro próprio, observada sempre a ordem de entrada, e, em seguida, examinado pela equipe técnica da Comissão, que apresentará seu laudo.

9.1 Após, os autos serão encaminhados ao representante do Ministério Público que integrar a Comissão, para o parecer.

9.2 Nas sessões, serão consignadas em livro próprio as decisões e, aprovado o pedido, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) expedirá o respectivo Laudo de Habilitação, assinado pelo seu Presidente.



Redação alterada pelo Provimento n. 24/99 de 9 de março de 1999. Vide nova redação no Provimento citado.

9.3 Do laudo deverá constar, necessariamente, a qualificação completa do interessado, a data de sua habilitação, o número do registro efetuado no livro e a advertência quanto à ordem de preferência a que alude o art. 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

9.4 Habilitado o pretendente, na respectiva Secretaria, manter-se-ão arquivadas cópias dos autos de habilitação, sendo que os originais somente serão remetidos aos Juízos da Infância e da Juventude após a indicação de criança/adolescente a ser adotado." Redação alterada pelo Provimento n. 24/99 de 9 de março de 1999. Vide nova redação no Provimento citado.

10. A colocação de crianças ou de adolescentes em famílias substitutas estrangeiras só deverá ser processada se verificada a impossibilidade de colocação em família substituta nacional, evidência que ficará demonstrada, ao menos, com a resposta negativa à consulta formulada pelo Juiz da Infância e da Juventude à CEJA.

10.1 Na consulta, o Juízo da Infância e da Juventude encaminhará à CEJA o formulário constante do Anexo II, também integrante deste provimento, devidamente preenchido, ou, havendo urgência, via telex ou telefone, os dados nele discriminados.

11. Constatado o estado de abandono de criança ou de adolescente e não havendo possibilidade de sua colocação em família substituta pelo cadastro local, o Juiz contatará com a CEJA, visando o seu encaminhamento para a adoção nacional ou, se infrutíferos todos os esforços, para a internacional, a fim de evitar permanências alongadas e indefinidas em instituições.

12. A CEJA remeterá ao Juiz da Infância e da Juventude solicitante os dados de pretendentes a adoção nacional, informando a comarca onde estão inscritos, e, em se tratando de adoção internacional, mencionará a ordem cronológica de

habilitação, atendidas sempre as peculiaridades da situação do adotando, juntamente com a certidão negativa mencionada no item 10 deste provimento.

13. O cadastro de instituições internacionais que manifestarem interesse em colaborar com a CEJA será efetuado mediante a apresentação:

- a) das normas que as criaram e regulamentaram seus estatutos ou documentos de constituição equivalentes;
- b) da prova da autorização oficial para funcionamento no país de origem, se instituição privada;
- c) da ata ou documentação equivalente, identificadora dos responsáveis pela instituição;
- d) da legislação que trata da adoção em seu país de origem, devidamente traduzida e com prova de sua vigência.

13.1 A instituição, ao formular o pedido de cadastramento, indicará a pessoa residente no Brasil que a representará.

13.2 Os processos de habilitação dessas instituições seguirão o mesmo rito dos pedidos de habilitação de interessados em adoção, previsto no item 9 deste provimento.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 19 de agosto de 1993.

Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE Corregedor-Geral da  
Justiça

Publicado no Diário da Justiça do Estado de 27/08/93.



# **ANEXO E**

## **REGIMENTO INTERNO**

### **DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO**

A COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO — CEJA/SC, instituída pela Resolução nº 001/93/TJ, de 02/06/93, do Órgão Especial do TJS, e regulamentada pelo Provimento nº 12/93 da Corregedoria-Geral da Justiça, com a finalidade de contribuir para a garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina, segundo a Lei Federal nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista o disposto no item 4º do mencionado Provimento, edita o seu Regimento Interno.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS FINALIDADES E ATRIBUIÇÕES**

Art. 1º — A Comissão Estadual Judiciária de Adoção objetiva a prestação de auxílio aos Juízos da Infância e da Juventude nos procedimentos relativos a adoção nacional e internacional de crianças e adolescentes (Res., art. 1º).

Art. 2º — Compete à Comissão, principalmente, o estudo prévio e a análise dos pedidos de habilitação de estrangeiros, residentes e domiciliados fora do país, interessados na adoção de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina (ECA, art. 52, e Res., art. 5º).

Art. 3º — A CEJA manterá intercâmbio com comissões similares de outros Estados, visando à consecução de seus objetivos (Res., art. 10).

Art. 4º — Poderá, também, realizar trabalho de divulgação de projetos de adoção e de esclarecimento de suas finalidades, visando à conscientização geral da necessidade de uso regular e ordenado do instituto da adoção, respeitados sempre o sigilo e a gratuidade (Res., art. 11).

Art. 5º — A CEJA manterá cadastro geral, atualizado e sigiloso de:

- a) pretendentes a adoção no âmbito nacional;
- b) estrangeiros residentes e domiciliados fora do Brasil, interessados em adotar crianças e adolescentes;
- c) crianças e adolescentes em condições de ser adotados, desde que esgotadas as possibilidades de adoção nacional na comarca de origem (Res., art. 4º).
- d) instituições de abrigo e crianças/adolescentes abrigados.

*Acrescentado o item “d” pelo Provimento 13/99 de 18.02.99*

## **CAPÍTULO II**

### **DA COMPOSIÇÃO , ORGANIZAÇÃO e FUNCIONAMENTO**

Art. 6º — A CEJA será composta de seis membros, a saber:

- a) Corregedor-Geral da Justiça, que a presidirá;
- b) um Juiz da Infância e da Juventude da comarca da Capital;
- c) um representante do Ministério Público;
- d) um representante da Classe dos Advogados;
- e) um representante da classe dos Assistentes Sociais;



f) um representante da classe dos Psicólogos.

§ 1º — A aposentadoria, exceto de quem a preside, não será óbice para a nomeação e o exercício da função de membro da CEJA.

Revogado este parágrafo pelo Provimento 13/99 de 18.02.99

§ 2º — Os membros titulares serão substituídos, nas eventuais ausências, pelos respectivos suplentes.

§ 3º — Na ausência eventual do Presidente da Comissão, a presidência será exercida por Juiz Corregedor designado previamente para esse fim pelo Corregedor Geral da Justiça (Res. , art. 13).

Passam a figurar como § 1º e § 2º, respectivamente, devido a revogação do § 1º.

Art. 7º — Para a realização dos seus serviços, a CEJA poderá valer-se de voluntários, sempre respeitando o necessário sigilo sobre dados coletados (Prov. 5.1).

Art. 8º — A CEJA contará com a colaboração de todas as autoridades constituídas e demais setores da sociedade, para a consecução dos seus objetivos.

Art. 9º — Reunir-se-á a CEJA em sessões ordinárias, na última 5ª feira útil de cada mês, salvo se nada houver para decidir, ou extraordinariamente, por convocação de seu Presidente (Prov. 3).

Alterado pelo Provimento 13/99 de 18.02.99, no que se refere aos dias das sessões, de 5ª feira passam para 4ª feira. Vide nova redação no Provimento citado.

§ 1º — Nos casos de extrema urgência, o Presidente, após parecer da equipe técnica e do representante do Ministério Público, decidirá, *ad referendum* do plenário, acerca de pedido de habilitação de candidatos a adoção internacional (Prov., 3.1).

*Art. 10* — Todos os expedientes dirigidos à CEJA/SC serão protocolados e classificados pela secretaria e, após o despacho do seu Presidente, devidamente registrados e autuados, quando for o caso.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS CADASTROS**

*Art. 11* — O cadastro de pretendentes a adoção nacional será formado e mantido com os dados remetidos à CEJA pelos Juízos da Infância e da Juventude do Estado.

§ 1º — Referido cadastro estará à disposição dos mesmos Juízos, para consulta, sempre que esgotadas as possibilidades de adoção nacional por pretendentes inscritos no cadastro da comarca e antes de ser promovida a adoção internacional.

§ 2º — Os pretendentes poderão formular consulta direta à CEJA sobre a disponibilidade de crianças e adolescentes para a adoção.

*Art. 12* — O cadastro de crianças e adolescentes em condições de ser adotados será formado e mantido com os dados remetidos à CEJA pelos Juízos da Infância e da Juventude com a consulta de que trata o item 10.1 do Provimento nº 12/93 (via postal, fax, telex ou telefone) e relativos a adoção nacional no cadastro da comarca.

§ 1º — Neste caso, uma vez adotada a criança ou adolescente na comarca, dar-se-á baixa no cadastro da CEJA mediante a comunicação daquele Juízo.

*Art. 13* — O cadastro de pretendentes a adoção internacional será formado por aqueles cujos nomes foram aprovados pela CEJA/SC após estudo prévio do seu pedido (art. 52, ECA), na forma descrita no capítulo seguinte.



## CAPÍTULO IV

### DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO À ADOÇÃO INTERNACIONAL

Art. 14 — O pedido de habilitação de pretendente a adoção internacional (Res., art. 6º, e Prov., item 13) seguirá o rito estabelecido no Provimento nº 12/93, com as complementações deste capítulo.

Art. 15 — O pedido poderá ser formalizado perante a Comissão pelo próprio interessado (pessoalmente ou por procurador) ou por entidade credenciada a atuar junto a ela, e será instruído com:

- a) documento expedido pela autoridade competente do respectivo domicílio, comprovando estar habilitado a adotar consoante as leis de seu país (ECA, art. 51, § 1º, e Convenção de Haia, art. 15, 1);
- b) estudo biopsicossocial elaborado no lugar de residência do pretendente (ECA, art. 50, § 1º);
- c) cópia do passaporte;
- d) atestado de antecedentes criminais;
- e) atestado de residência;
- f) atestado médico;
- g) certidão de casamento;
- h) declaração de rendimentos;
- i) texto pertinente à legislação sobre adoção do país de residência ou domicílio do requerente (ECA, art. 51, § 2º);
- e) prova de vigência da legislação mencionada no item anterior (ECA, art. 51, par. 2º);

j) declaração, firmada de próprio punho, de ciência de que a adoção no Brasil é gratuita e irrevogável;

l) declaração de ciência de que não deverão estabelecer nenhum contato, no Brasil, com os pais da criança ou adolescente, ou qualquer pessoa que detenha a sua guarda, antes que:

— tenha sido expedido o laudo de habilitação pela CEJA/SC (Prov., item 8.2);

— tenha o competente Juízo da Infância e da Juventude examinado adequadamente as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em lar substituto nacional (Prov., item 10); e

— tenha o mesmo Juízo definido estar a criança ou adolescente disponível para adoção internacional (ECA, arts. 31 e 33, par.1º; Convenção, arts. 4º, a,b, e 29).

§ 1º — O estudo biopsicossocial a que se refere a letra b deste artigo deve conter, no mínimo, as informações usualmente inseridas no Brasil em documentos, como o estudo social e psicológico, o atestado de sanidade física e mental, o atestado de antecedentes criminais, o atestado de residência, a declaração de rendimentos e a certidão sobre o estado civil dos pretendentes. (este inciso saíria)

Acrescentados os itens “c” a “h” e revogado o § 1º, pelo Provimento 13/99 de 18.02.99

§ 2º — Todos os documentos em língua estrangeira deverão vir devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e as convenções internacionais, bem como estar acompanhados das respectivas traduções, feitas por tradutor público juramentado (ECA, art. 51, § 3º).

Este passa a figurar como § 1º em razão da exclusão do § 1º do texto anterior —

Provimento 13/99 de 18.02.99



Art. 16 — Protocolado o requerimento, a Secretaria o registrará em livro próprio, respeitada a ordem cronológica de entrada, e, em seguida, o autuará.

Art. 17 — Independentemente de despacho, a Secretaria encaminhará o pedido, sucessivamente, para parecer da equipe técnica da CEJA e do representante do Ministério Público, com prazo de 10 (dez) dias para cada um.

Art. 18 — Juntados os pareceres, a Secretaria distribuirá o processo a um dos membros da Comissão, o qual funcionará como relator.

Parágrafo único — Ao Presidente não se fará distribuição.

Art. 19 — Na primeira sessão, apresentado o relatório e prestados os esclarecimentos necessários ou solicitados, a Comissão deliberará, a partir do relator, por maioria de votos.

§ 1º — O Presidente somente votará em caso de empate.

§ 2º — Pendente algum esclarecimento ou providência julgada essencial (prejudicial), será a decisão transferida para a sessão seguinte, cuidando o relator e a Secretaria das diligências necessárias.

Art. 20 — Do indeferimento da habilitação caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15(quinze) dias, a ser relatado pelo Presidente e submetido a decisão definitiva da Comissão na primeira sessão seguinte.

Art. 21 — A decisão concessiva será consignada em livro próprio, expedindo-se o laudo de habilitação, que assinado pelo Presidente, e por dois membros da comissão, pelo menos, será anexado ao processo.

Alterado pelo Provimento 13/99 de 18.02.99, vide texto alterado no referido Provimento.

§ 1º — Do laudo constarão, necessariamente, a qualificação completa do interessado, a data de sua habilitação, o número do registro efetuado no livro e as advertências a que se referem as letras f e g do art. 15 deste regimento.

Art. 22 — Aos habilitados, após o deferimento da inscrição, entregar-se-á uma certidão do deferimento de seu pedido de habilitação perante a CEJA, para que possam exibí-la ao juízo onde pleitearem a adoção, e somente a este, mediante sua solicitação, serão remetidos os autos e o respectivo laudo de habilitação.

Alterado este artigo pelo Provimento 13/99 de 18.02.99. Vide nova redação no Provimento citado.

## **CAPÍTULO V**

### **PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES COLABORADORAS**

Art. 23 — O pedido de habilitação de instituição nacional ou internacional interessada em colaborar com a CEJA para a consecução de seus objetivos seguirá o mesmo rito daquele de habilitação de pretendentes a adoção internacional, previsto no capítulo anterior.

§ 1º — Ao pedido de instituição internacional juntar-se-ão:

- a) as normas que a criaram e regulamentaram, ou, se instituição privada, o seu equivalente estatuto ou documentos de constituição;
- b) as provas de autorização oficial para funcionamento no país de origem.
- c) a ata ou a documentação equivalente, identificadora dos responsáveis pela instituição;
- d) a legislação relativa a adoção em seu país de origem, devidamente traduzida e com prova de sua vigência.



§ 2º — Ao formular o pedido, a instituição indicará a pessoa, residente no Brasil, que a representará.

§ 3º — Ao pedido de instituição nacional juntar-se-ão os mesmos documentos do parágrafo anterior, no que couber.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24 — A CEJA funcionará na sede da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.

Art. 25 — A qualquer membro da Comissão, a todo tempo, é facultada a apresentação de emendas ao presente regimento      Alterado o texto deste artigo pelo Provimento 13/99 de 18.02.99. Vide nova redação no Provimento citado.

Art. 26 — Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Florianópolis, 17 de março de 1994.

Telefone (0482)221-1226. Fax (0482) 221-1200.

E'mail [ceja@tj.sc.gov.br](mailto:ceja@tj.sc.gov.br)epígrafe por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999;



CADASTRO NACIONAL (PRETENDENTE OU ADOTANTE)

|         |      |                           |
|---------|------|---------------------------|
| COMARCA | FONE | RESPONSÁVEL PELO CADASTRO |
|---------|------|---------------------------|

1) INTERESSADO

|  |                   |                |   |
|--|-------------------|----------------|---|
| DATA NASC.   | COR               | PROFISSÃO      | ESCOLARIDADE  |
| LOCAL DE TRABALHO  | TEMPO DE TRABALHO | RENDAMENSAL    |   |
| ESPOSA   |                   |                |   |
| DATA NASC.   | COR               | PROFISSÃO      | ESCOLARIDADE  |
| LOCAL DE TRABALHO  | TEMPO DE TRABALHO | RENDAMENSAL    |   |
| ENDEREÇO RESIDENCIAL   | BAIRRO            |                |   |
| CIDADE   | UF                | CEP            |   |
| FONE RES.  | FONE COM.         | FONE P/ RECADO | RESIDÊNCIA<br>Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> |
| COMPOSIÇÃO FAMILIAR  |                   |                | Nº DE DEPENDÊNCIAS  |
| C/ FILHOS BIOLÓGICOS <input type="checkbox"/> QUANTOS? _____ C/ FILHOS ADOTIVOS <input type="checkbox"/> QUANTOS? _____ S/ FILHOS <input type="checkbox"/> |                   |                |   |

2)

|   |                         |
|---|-------------------------|
| SEXO DA CRIANÇA PRETENDIDA<br>MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> INDIFERENTE <input type="checkbox"/>   | FAIXA ETÁRIA DA CRIANÇA |
| COR<br>BRANCA <input type="checkbox"/> NEGRA <input type="checkbox"/> MULATA <input type="checkbox"/> INDIFERENTE <input type="checkbox"/>  |                         |
| ACEITA GÊMEOS?<br>SIM <input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>  |                         |
| ACEITA IRMÃOS?<br>SIM <input type="checkbox"/> QUANTOS? _____ MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>                         |                         |
| DISPÕE-SE A RECEBER CRIANÇA COM PROBLEMAS FÍSICOS?<br>SIM <input type="checkbox"/> TRATÁVEL <input type="checkbox"/> IRREVERSÍVEL <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> |                         |
| DISPÕE-SE A RECEBER CRIANÇA COM PROBLEMAS MENTAIS?<br>SIM <input type="checkbox"/> TRATÁVEL <input type="checkbox"/> IRREVERSÍVEL <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> |                         |

3)

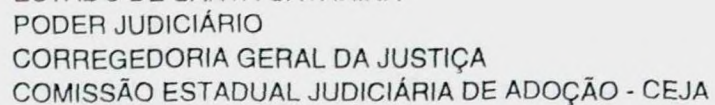
|   |                  |               |
|---|------------------|---------------|
| JÁ ADOTOU NO ESTADO?<br>SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> | HÁ QUANTOS ANOS? | QUAL COMARCA? |
|---|------------------|---------------|

4)

MOTIVO DA ADOÇÃO

|                   |                                      |
|-------------------|--------------------------------------|
| DATA DE INSCRIÇÃO | INSCRIÇÃO EM OUTRAS COMARCAS? QUAIS? |
|-------------------|--------------------------------------|



**CADASTRO DE CRIANÇA/ADOLESCENTE EM REGIME DE ABRIGO**[illegible]

**NOME** - Preencher com o nome da criança e/ou adolescente

**NASCIMENTO** - Preencher com a data de nascimento da criança e/ou adolescente

**SEXO** - Preencher com o sexo (M/F) da criança e/ou adolescente

MUNICÍPIO - Preencher com o nome do município de onde veio a criança e/ou adolescente

**MOTIVO** - 01 - Abandono    02 - Maus tratos    03 - Abuso sexual    04 - Óbito pais (no caso de óbito de um dos pais colocar a inicial deste. Ex.: 04/P - 6bito do pai - 04/M - 6bito da mãe)  
05 - Doença familiar    06 - Separação pais    07 - Alcoolismo pais    08 - Carência econômica

09 - Outros (especificar o motivo na linha ao lado. Ex.: Motivo: 09 - Outros: pai presidiário)

**ESPECIFICAR OUTROS** - Preencher conforme orientado no campo 9 do item anterior - **MOTIVO**

**ENCAMINHAMENTO -** 01 - Conselho Tutelar já notificado ao Juiz da Infância 02 - Conselho Tutelar não notificado ao Juiz da Infância 03 - Juizado da infância e da Juventude 04 - Família Biológica 05 - Outros

**INTERNAÇÃO** - Preencher com a data em que a criança foi abrigada

**SAÍDA** - Preencher com a data em que a criança saiu do abrigo

**RETORNO** - 01 - Família biológica    02 - Família substituta    03 - Adoção    04 - Outro abrigo

**ESCOLARIDADE** - 01 - Creche 02 - Primário 03 - 1º Grau 04 - Outros

**CONTATO / PARENTE -** P - Pais I - Irmãos T - Tios A - Avós O - Outros

**CONTATO / FREQUÊNCIA** - 01 - Semanal 02 - Quinzenal 03 - Mensal 04 - Semestral  
05 - Anual 06 - Não recebem